Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA

São Paulo, Sexta-feira, 13 a domingo, 15 de Novembro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.143 | R$ 5,00

STF rejeita por unanimidade pedido de Eduardo Bolsonaro para derrubar mandado de prisão

CAPPELLI - PÁGINA 14

Senadores aprovam texto-base do ajuste fiscal

Sessão foi marcada por bate-boca com a oposição. Para aprovar, governo aceitou mudanças. E preocupou-se com o fogo amigo da própria base

PÁGINA 12

FIESP CRITICA PROJETO DE AJUSTE FISCAL DO GOVERNO FEDERAL

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criticou, em nota assinada pelo presidente Paulo Skaf, o projeto de ajuste fiscal apresentado no Senado a pedido do governo federal. Segundo a entidade, a proposta pode elevar impostos em até R$ 40 bilhões, aumentar a tributação de empresas do Lucro Presumido e restringir a compensação de créditos tributários. A Fiesp também aponta riscos para investimentos em infraestrutura, ciência e inovação e afirma que o texto não enfrenta o crescimento dos gastos públicos.

PÁGINA 3



DIVULGAÇÃO/FIESP

Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, encaminhou nota à imprensa antes da votação pelo Senado

Câmara de SP aprova em 1º turno novo nome da GCM

Para que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) passe a se chamar Polícia Municipal de SP, será preciso uma segunda votação. No 1º turno, o texto recebeu 42 votos favoráveis.

PÁGINA 4

Inflação fica em 0,14%; conta de luz cai

Bandeira verde na conta de luz e o custo dos transportes deram alívio ao bolso dos brasileiros em outubro e ajudaram a inflação a perder força e fechar o mês em 0,14%

PÁGINA 13

São Bernardo do Campo aprova orçamento

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027 foi aprovada e estima a receita e fixa as despesas municipais em SBC.

PÁGINA 19

Vereadores seguem com isenção de ISS na Copa

Câmara de SP aprova em 1ª votação projeto que prevê isenção de ISS para serviços na Copa do Mundo Feminina de 2027.

PÁGINA 4

RUDOLFO LAGO

VALDEMAR NO PL SENTE AS DORES DO CRESCIMENTO

PÁGINA 2

EDITORIAL

BRASIL ENVELHECE, MAS NÃO SE PREPARA PARA O FUTURO

PÁGINA 2



CM

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Valdemar no PL sente as dores do crescimento

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ficará montado numa grana que vai se aproximar de R$ 1 bilhão. Nas eleições deste ano, o PL já era o partido com maior montante de recursos do Fundo Partidário: R$ 881,6 milhões. Em 2022, elegeu 106 deputados. Agora, foram 121. Como é a partir daí que se faz o cálculo da divisão da bolada entre os partidos, o valor destinado ao PL será, então, ainda maior.

Quando herdou a legenda de Álvaro Valle, o PL era um partido de porte médio. Valdemar transformou-o no maior partido do país, mas agora parece sentir as dores desse crescimento. Como aqueles adolescentes que crescem demais e começam a sentir dores ósseas e musculares, Valdemar tem tido problemas para continuar comandando o PL como sempre comandou. Para não perder poder, ele sempre centralizou nele as decisões. Sente agora o peso da idade – está com 77 anos – e a complexidade de administrar um partido que cresceu demais e a partir da adesão de um líder que não é ele, mas o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A todo momento, então, o pragmatismo que sempre marcou a tática política de Valdemar se choca com o modelo mais ideológico de extrema direita e do bolsonarismo. De novo, isso acontece agora na discussão sobre como o PL irá atuar na sucessão do Congresso em fevereiro do ano que vem.

Embora tenha conquistado as maiores bancadas tanto na Câmara quanto no Senado, o PL não largou bem na discussão sobre quem irá comandar as duas Casas. Na Câmara, foi completamente atropelado pela composição que o atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), montou para se reeleger.

Pragmático, Valdemar tenta convencer o partido que não parece haver, a essa altura, saída que não seja acabar compondo também com Hugo Motta. As regras da Câmara determinam que a eleição é para a Mesa Diretora. Ou seja, os cargos são distribuídos entre os partidos que compõem a chapa vencedora. E para as comissões os cargos são distribuídos a partir dos blocos formados. E os partidos que apoiam Motta formarão um imenso bloco a seu favor.

Assim, se o PL resolver lançar um candidato contra Hugo Motta, ficando fora da sua chapa, corre o risco de perder tudo. Valdemar tenta convencer a bancada que esse risco envolveria algo em torno de cem cargos na estrutura da Câmara.

Contra essa visão pragmática, porém, há os interesses políticos e ideológicos. Primeiro, pode haver uma resistência do governo Luiz Jnácio Lula da Silva (PT) em compor a chapa de Hugo Motta se também lá estiver o PL. E, pelo lado do PL, da mesma forma há essa avaliação sobre se é conveniente estar no Congresso numa mesma composição que o PT.

Valdemar tem comando sobre os pragmáticos que sempre estiveram com ele no PL. Mas não comanda os ideológicos. Seu problema hoje: ninguém os comanda. A referência é o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas ele está em prisão domiciliar. E Valdemar só pode vê-lo e pedir alguma interferência se tiver autorização para isso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Os dois filhos de Bolsonaro que atuam na articulação política – Flávio e Eduardo – optaram por viver nos Estados Unidos. E não têm muito diálogo com Valdemar. O presidente do PL tem diálogo com Michelle. Mas o clã não a considera muito como parte da família nem ela tem muito gosto por um tipo de articulação, digamos, mais coletiva. Sem contar que vem sendo seduzida a trocar o PL pelo Republicanos.

Valdemar está como aquele garoto que cresceu e vai se tornar craque no basquete. Tende a brilhar. Mas, até lá, esse crescimento traz problemas e, às vezes, dói um bocado...

FERNANDO MOLICA

Jornalista

Rio de Janeiro: a parceria no crime

Ao cravar que 32,2% dos moradores do Estado do Rio vivem em áreas dominadas por organizações criminosas, o Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão oficial, delimitou o tamanho de uma tragédia que ameaça nossa democracia e nossa soberania.

Um poder que jamais teria sido conquistado e consolidado sem que houvesse estímulo, parceria e cumplicidade de agentes do Estado — é inimaginável que bandidos conquistassem tamanha relevância sem a existência de uma espécie de PPP, parceria público-privada.

A experiência, infelizmente abadonada, das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) revelou o óbvio: o Estado brasileiro era capaz de, com facilidade, retomar territórios ocupados por quadrilhas, por mais armadas que estivessem.

A lenda de que tais espaços eram inexpugnáveis não passava de uma tentativa de deixar tudo como estava, uma estratégia que escondia interesses dos que lucram com o processo de submissão de mais de cinco milhões de fluminenses.

E até risível achar que o Estado brasileiro — com suas polícias e forças armadas — seria incapaz de retomar comunidades localizadas e delimitadas. A exaltação do poder dessas organizações servia e serve para impedir qualquer mudança, para manter a rotina de operações sangrentas e inúteis, para simular combates.

Uma lógica que mantém — como foi dito há alguns anos — a polícia como uma espécie de agência reguladora do tráfico. Dados disponíveis na página do Ministério Público do Rio mostram que, entre junho de 2020 e setembro de 2026, as polícias fluminenses realizaram 5.895 operações em favelas; praticamente, mil por ano, 80 por mês, 2,6 por dia: ao longo desse tempo, o poder das organizações criminosas apenas cresceu.

O resultado do bangue-bangue disfarçado de combate ao crime não representa, porém, um fracasso, mas o sucesso das várias versões de PPPs estimuladas por políticos que promovem matanças periódicas para assim esconderem sua cumplicidade com o crime.

As prisões de figuras de destaque da política brasileira suspeitas de ligações com bandidos — como os ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Rio e da Câmara de São Paulo — são, para usar a velha imagem, pontas de icebergs.

Rodrigo Bacellar e Milton Leite, os dois presos, não podem ser considerados representantes da maioria dos parlamentares brasileiros, mas estão longe de se constituírem em casos isolados. Não conquistariam posições tão importantes se não estivessem articulados com muitas outras pessoas, inclusive com outros políticos que adoram engrossar a voz contra bandidos que tanto cultivam nos bastidores.

A aprovação da PEC da Segurança Pública dá ao presidente Lula (PT) instrumentos que, segundo ele, são capazes de interromper o sequestro do país por bandidos de diversos calibres. Resta saber se ele terá vontade e condições políticas para não se limitar a prender os suspeitos de sempre.

EDITORIAL

Brasil envelhece, mas não se prepara para o futuro

O envelhecimento da população brasileira deixou de ser uma projeção distante para se tornar uma realidade que exige respostas imediatas. O país está mudando sua estrutura demográfica, com famílias menores, aumento da expectativa de vida e crescimento acelerado da população idosa. O problema é que as políticas públicas, a infraestrutura urbana e o próprio mercado de trabalho ainda não acompanham essa transformação. O Brasil está vivendo mais, mas ainda não conseguiu organizar as condições necessárias para que seus cidadãos envelheçam com dignidade.

Viver mais deveria representar uma conquista coletiva. Entretanto, para milhões de brasileiros, a longevidade vem acompanhada de incertezas. Aposentadorias insuficientes, dificuldades de acesso à saúde, falta de cuidadores, mobilidade urbana inadequada e ausência de uma rede de apoio familiar transformam o envelhecimento em um desafio cotidiano. Em muitos casos, a responsabilidade pelo cuidado recai sobre parentes que também precisam trabalhar, sustentar suas famílias e enfrentar as próprias dificuldades financeiras.

O sistema de saúde precisará se adaptar a essa nova realidade. Uma população mais velha demanda acompanhamento contínuo, prevenção, atendimento especializado e estruturas capazes de lidar com doenças crônicas e limitações físicas. Não se trata apenas de ampliar hospitais ou contratar profissionais, mas de organizar uma rede de assistência que ofereça atendimento humanizado, acompanhamento domiciliar e condições para preservar a autonomia dos idosos. A atenção básica, nesse contexto, assume papel fundamental para evitar que problemas de saúde se agravem e sobrecarreguem os serviços de emergência.

Outro ponto preocupante é a falta de estrutura das cidades. Calçadas esburacadas, travessias perigosas, transporte coletivo sem acessibilidade e prédios públicos inadequados dificultam a circulação de quem possui limitações de mobilidade. O que deveria ser um direito básico, como sair de casa, utilizar o transporte público ou frequentar uma praça, muitas vezes se transforma em uma tarefa complicada. Planejar cidades para os idosos significa, na verdade, construir espaços melhores para todos.

Há ainda uma questão econômica que não pode ser ignorada. Com menos jovens ingressando no mercado de trabalho e mais pessoas dependendo da Previdência e dos serviços públicos, o país terá de discutir produtividade, financiamento da proteção social e novas formas de organização do trabalho. A sustentabilidade do sistema previdenciário exige planejamento de longo prazo, transparência e responsabilidade.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

DIVULGAÇÃO



Cancelamento impede o voto e pode gerar restrições ao eleitor

Mais de 2,7 milhões de títulos eleitorais estão cancelados em SP

O estado de São Paulo tem 2.743.220 títulos eleitorais cancelados por ausência às urnas ou falta à revisão obrigatória, segundo levantamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) divulgado na quinta-feira(12). Desse total, 1.818.698 foram cancelados porque os eleitores deixaram de votar em três eleições consecutivas, sem justificar ou pagar multas. Outros 924.522 casos ocorreram por falta à revisão cadastral. O tribunal também registra cerca de 447 mil inscrições de pessoas com direitos políticos suspensos. Para regularizar o título cancelado, o eleitor deve consultar sua situação no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quitar eventuais multas e solicitar a atualização cadastral. O cancelamento impede o voto e pode gerar restrições para obter passaporte e tomar posse em cargo público. O atendimento também pode ser feito nos cartórios eleitorais.

Isenção de IPVA para carros de aplicativos avança

A Comissão de Transportes e Comunicações da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, na quarta-feira (11), o projeto de lei 633/2024, que prevê isenção de IPVA para veículos utilizados exclusivamente no transporte de passageiros por aplicativo. A proposta é de autoria do deputado Enio Tatto (PT) e ainda precisa passar por outras etapas de tramitação na Alesp antes de seguir para votação dos deputados em Plenário. Segundo o Cebrap, o Brasil tinha 2,2 milhões de motoristas de aplicativo em 2024.

OLIVIA RUEDA/ALESP



Projeto de lei é de autoria do deputado estadual Enio Tatto (PT)

Fiesp critica ajuste fiscal proposto pelo Governo

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criticou o Projeto de Lei Complementar 299/2026, que integra as medidas de ajuste fiscal do governo federal. Segundo a entidade, a proposta pode elevar impostos em até R$ 40 bilhões, aumentar a carga tributária de empresas do Lucro Presumido e restringir compensações de créditos tributários. A federação também aponta riscos para investimentos em infraestrutura e inovação. Para a Fiesp, o texto não enfrenta adequadamente o crescimento dos gastos públicos e exige análise aprofundada do Senado.

Arsesp cobra R$ 920 mil da Petrobras e Terra Santos

A Arsesp determinou que Petrobras e a Terra Santos Ambiental paguem R$ 920,3 mil adicionais pela Taxa de Fiscalização, Controle e Regulação de 2025. A Petrobras pagará R$ 876,1 mil e a Terra Santos, R$ 44,2 mil. Os valores serão incluídos nas parcelas de dezembro de 2026. O ajuste foi calculado após a análise do faturamento real das empresas, em substituição às estimativas usadas na cobrança inicial.

Coaf e USP contra o crime

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a USP formalizam parceria para pesquisar a lavagem de dinheiro e a infiltração do crime organizado na economia. O acordo terá duração de 36 meses e prevê estudos sobre novas tecnologias financeiras e medidas para combater a movimentação de recursos ilícitos.

5 mil novos professores

A Secretaria da Educação de São Paulo criou uma comissão para organizar e fiscalizar o concurso público destinado à contratação de 5 mil professores da rede estadual. Serão 3 mil vagas com jornada de 40 horas semanais e 2 mil com jornada de 25 horas. A seleção foi autorizada em agosto, mas ainda não há previsão para publicação do edital.

Leilão da CPTM

A CPTM realizará, em 30 de novembro, um leilão público para venda de materiais da companhia. A sessão ocorrerá às 10h, no Bom Retiro, na capital paulista. Os interessados poderão visitar os bens até 27 de novembro, mediante agendamento. O edital está disponível no site da CPTM e na plataforma Site Leilões, com as condições de participação.

Contrato de limpeza

A CPTM também reduziu em R$ 8,9 milhões o valor do contrato com a Viva Serviços Ltda., responsável pela limpeza de estações, sanitários, áreas administrativas e trens da Linha 10-Turquesa. O aditivo, publicado no Diário Oficial de quinta-feira (12), prevê revisão de quantidades, preços e cronograma de execução dos serviços contratados.

Contra a discriminação

A Comissão de Justiça da Alesp aprovou o PL 1004/2025, que prevê punições por discriminação contra pessoas em situação de pobreza. De Eduardo Suplicy e Paulo Fiorilo, ambos do PT, o texto prevê advertências e multas para práticas como impedir a entrada de pessoas em estabelecimentos por sua condição econômica. A proposta segue em tramitação.

Tranporte para o Butantã

A Fundação Butantan abriu chamamento público para contratar serviços de transporte privado, com ônibus fretados, entre a estação Butantã do Metrô e a sede da instituição, na capital paulista. Empresas interessadas devem manifestar interesse até 18/novembro, pelo e-mail joao.pinto@fundacaobutantan.org.br, para receber o termo de referência.

STJ/DIVULGAÇÃO, EM 2017



O controlador geral do estado, Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda

Governo registra 51 investigações anticorrupção de servidores

Em 31 casos, indícios justificaram abertura de processos disciplinares.

Por **Andre Souza**

Entre 2025 e novembro de 2026, a Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE) registrou a tramitação de 51 investigações sobre possível evolução patrimonial incompatível com a renda de agentes públicos do Executivo paulista. Desse total, 31 reuniram elementos suficientes para justificar a abertura de processos disciplinares, enquanto 11 permanecem em andamento. Os dados foram obtidos pelo Correio da Manhã.

Na quarta-feira (11), o Correio da Manhã publicou reportagem sobre a Resolução CGE nº 025/2026, divulgada no Diário Oficial de terça-feira (10). A norma regulamenta investigações patrimoniais e prevê que sinais de riqueza exibidos nas redes sociais poderão ser considerados indícios de possível enriquecimento ilícito.

O texto menciona expressamente a "ostentação em redes sociais", além de sinais exteriores de riqueza e origem duvidosa de recursos. Segundo a Controladoria, a simples exibição de bens ou de um estilo de vida nas plataformas digitais não é suficiente para provocar automaticamente a abertura de processo disciplinar.

Antes da instauração de uma apuração, a Subsecretaria de Combate à Corrupção deverá avaliar os elementos apresentados e verificar se existem indícios fundamentados de incompatibilidade entre o patrimônio acumulado e os rendimentos declarados pelo servidor.

Questionada pelo jornal sobre as motivações da resolução, a CGE afirmou que a medida não decorre de casos específicos de enriquecimento ilícito nem de dificuldades pontuais nas investigações. O objetivo, segundo o órgão, é "padronizar procedimentos, centralizar apurações e estabelecer regras para a análise das suspeitas".

A regulamentação também prevê o acesso às declarações de Imposto de Renda dos últimos cinco anos. O sistema eletrônico de recebimento dos documentos funciona desde maio de 2026, mas a formação da base histórica para cruzamento de informações ocorrerá gradualmente. As investigações preliminares terão caráter sigiloso e prazo inicial de 30 dias, podendo chegar, em regra, a 180 dias. Havendo indícios de irregularidades, poderá ser instaurado processo administrativo disciplinar ou procedimento sancionatório.

A resolução regulamenta um decreto estadual de novembro de 2025 e integra as medidas previstas no Plano Anticorrupção do Estado.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SP



Vice-prefeito Mello Araújo e Prefeito Nunes na posse de ambos em 2025

MP pede abertura de inquérito sobre a Virada Esportiva em SP

O Ministério Público de São Paulo pediu à Polícia Civil que abra inquérito para apurar suspeitas de irregularidades em contratos da Virada Esportiva de 2026. Os acordos somam R$ 21,2 milhões. O pedido foi feito após denúncia do vice-prefeito da capital, Coronel Mello Araújo (PL). O vice apontou suspeita de superfaturamento e afirmou que entidades contratadas para realizar as atividades não tinham estrutura para prestar os serviços. Segundo ele, pelo menos seis atrações previstas na programação não ocorreram. O evento ocorreu em 18 e 19 de setembro. A Promotoria também deu dez dias à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para entregar documentos sobre as parcerias, os serviços prestados e os pagamentos. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) pediu cautela na divulgação das acusações. Nunes afirmou ainda que os eventos da Prefeitura são fiscalizados.

Câmara avança com isenção de ISS na Copa 2027

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeira votação, na quarta-feira (11), o projeto que prevê isenção de ISS para serviços ligados exclusivamente à Copa do Mundo Feminina de 2027. A proposta da Prefeitura será debatida em audiência pública na segunda-feira (16), às 14h. Se sancionada, a medida valerá até o fim do torneio. A capital paulista receberá dez partidas da competição, que será disputada no Brasil de 24 de junho a 25 de julho. Entre os jogos previstos na cidade está a semifinal.

LUCAS BASSI / REDE CÂMARA SP



Se sancionada, a medida valerá até o fim do torneio

Câmara de SP paga R$ 274 mil em auxílio-saúde

A Câmara Municipal de São Paulo pagou R$ 274 mil em auxílio-saúde a 42 dos 55 vereadores em setembro de 2026, segundo levantamento com dados do Legislativo paulistano. Os pagamentos reembolsam despesas declaradas em agosto e, em alguns casos, valores acumulados de meses anteriores. O benefício ressarce gastos com planos privados de saúde e odontológicos dos parlamentares e de dependentes habilitados. O valor do reembolso mensal é limitado por faixa etária. O auxílio tem caráter indenizatório.

Milton Ferreira recebe R$ 39 mil em reembolso

O vereador Milton Ferreira (Podemos) recebeu R$ 39 mil em setembro, o maior reembolso entre os vereadores. Ele afirmou que o pagamento incluiu verbas pendentes de meses anteriores. Sandra Tadeu recebeu R$ 19,5 mil e Eliseu Gabriel, R$ 17,2 mil. O auxílio-saúde também é pago a servidores da Câmara Municipal de São Paulo. No mesmo mês, cerca de 2 mil funcionários receberam R$ 7,6 milhões ao todo.

Finanças e Orçamento

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo realiza nesta terça-feira (17), das 10h às 13h, audiência pública semipresencial sobre saúde e bem-estar no Orçamento de 2027 (PL 752/26). O debate será no Auditório Prestes Maia, no 1º andar, com transmissão no portal Câmara. A programação foi solicitada por João Ananias (PT).

Consciência Negra

A Câmara Municipal de São Paulo abre a Semana da Consciência Negra na segunda-feira, 16 de novembro, com solenidade das 18h30 às 22h. O evento será na Sala Sérgio Vieira de Mello, no primeiro subsolo, e terá transmissão pelo site oficial da Casa. O vereador João Ananias (PT) é o responsável pela atividade, segundo a agenda do Legislativo.

Parlamento na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo instala nesta sexta-feira (13) de novembro o Parlamento Jovem voltado a estudantes do ensino fundamental. A sessão solene está marcada para o período das 10h às 18h, no Plenário 1º de Maio no primeiro andar da Casa. A cerimônia poderá ser acompanhada pela site da Câmara de Vereadores.

Honraria para Shalom

A Câmara Municipal de São Paulo entregou a Salva de Prata ao programa Shalom Brasil na noite de quarta-feira (11). A vereadora Cris Monteiro (Novo) propôs a homenagem pelos 32 anos da atração. Criado por Marcel Hollender, o programa divulga a história e as tradições judaicas e produz conteúdo voltado à comunidade judaica.

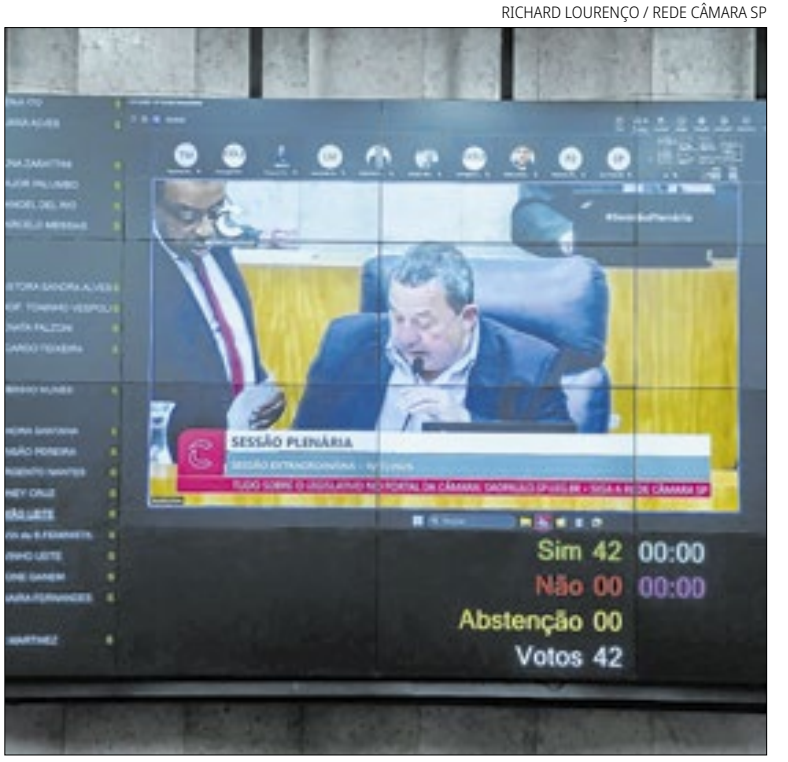
MP investiga a falha

O Ministério Público de SP vai apurar a nova falha no sistema de tração que parou um trem da Linha 8-Diamante na manhã desta quinta-feira (12) em Carapicuíba. Passageiros quebraram janelas para sair do vagão e seguiram a pé pelos trilhos. A investigação vai verificar a responsabilidade da ViaMobilidade e se houve omissão da Artesp.

Brás após a vistoria

A Subprefeitura da Mooca descartou risco de novos desabamentos nos imóveis vizinhos ao prédio que caiu no Brás, no centro de SP. A vistoria de terça-feira (10) não encontrou danos estruturais nas edificações do entorno, e as interdições foram encerradas. O edifício de quatro andares desabou na sexta-feira (6) na rua Maria Joaquina.

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP



A Câmara já havia aprovado a troca de nome em 2025, mas o TJ-SP suspendeu

Câmara de SP aprova novo nome para GCM em 1º turno

Proposta obteve 42 votos favoráveis e depende ainda da segunda votação

Da **Redação**

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeiro turno a proposta que muda o nome da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para Polícia Municipal de São Paulo. O texto recebeu 42 votos favoráveis e nenhum contrário. A alteração da Lei Orgânica do Município ainda depende de uma segunda votação no plenário.

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica 7/2026 altera o artigo 88, que trata da corporação. O texto foi protocolado no dia 5. A iniciativa é do presidente da Câmara, Ricardo Teixeira (União Brasil), e das vereadoras Sandra Santana (MDB) e Edir Sales (PSD). Os autores citam a aprovação da PEC da Segurança Pública pelo Senado, em 3 de novembro, como fundamento para retomar a mudança.

Pelo texto, a Polícia Municipal terá natureza civil e será formada a partir da atual GCM. Entre as atribuições previstas estão o policiamento ostensivo e comunitário e a proteção da população, dos bens, serviços e instalações do município. A corporação também atuará na segurança das escolas públicas municipais, na fiscalização ambiental e no cumprimento de normas municipais.

A proposta preserva os cargos e os vínculos dos atuais integrantes da Guarda, assim como o tempo de serviço, as vantagens funcionais e as demais garantias da categoria. Os servidores que já fazem parte da corporação poderão seguir no exercício de suas funções sem precisar prestar novo concurso.

A Câmara já havia aprovado a troca de nome em 2025, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a medida por liminar. Em abril de 2026, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os municípios deveriam seguir a denominação de guarda municipal prevista na Constituição. A PEC aprovada pelo Senado prevê polícias municipais de natureza civil e atribuições de policiamento ostensivo e comunitário.

Durante a discussão em plenário, a vereadora Amanda Paschoal (PSOL) manifestou apoio à proposta e defendeu que a mudança seja acompanhada de medidas para a categoria, como progressão na carreira, aposentadoria especial e um plano de atuação.

Na terça-feira (10), a Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara aprovou um requerimento de Kenji Ito (Podemos) para que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana apresente, em até 15 dias, um plano de transição e um cronograma para a implementação da mudança.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Confirmação dos prazo de entrega dos trens foi feito em Campinas

Entrega do Trem Intercidades é mantida para 2031, apesar da Linha 7

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), confirmou que o Trem Intercidades (TIC) começará a funcionar em 2031, mantendo o cronograma estabelecido, apesar dos desafios impostos pelas operações da Linha 7. Durante o lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual Metropolitano, no Parque Itália, em Campinas, o chefe do Executivo destacou a complexidade das intervenções no corredor ferroviário, que possui 18 frentes de obras. Ainda de acordo com Tarcísio, embora o governo busque agilizar as entregas, os prazos seguem inalterados. Antes da linha expressa até a capital, a região contará com o Trem Intermetropolitano (TIM) em 2029. O serviço conectará Campinas a Jundiaí, passando por Valinhos e Vinhedo, permitindo a integração de passageiros com o sistema ferroviário que já segue rumo a São Paulo.

Desafio

Segundo o governador, a implantação da infraestrutura enfrenta limitações operacionais porque a Linha 7 funciona diariamente das 4h à meia-noite, e, para realizar as intervenções sem interromper o transporte dos usuários, as equipes precisam desligar e religar a rede elétrica, processo que consome duas horas. Com isso, o trabalho efetivo no trecho entre Jundiaí e São Paulo, previsto para iniciar em 2027, fica restrito a uma janela de apenas duas horas por madrugada, da 1h às 3h.

Cargas e passageiros

Além de manter a circulação de trens durante a construção, o projeto reestruturará a malha ferroviária ao separar o transporte de mercadorias do fluxo de pessoas. No espaço onde hoje existem duas vias, o planejamento estadual prevê a instalação de cinco trilhos. A ampliação garantirá uma linha dedicada às cargas e um trajeto exclusivo para o trem expresso de passageiros, a fim de assegurar a velocidade da viagem entre o interior e a capital do Estado de São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Trem Intercidades ligará Campinas à cidade de São Paulo

Em dia

"A gente está rigorosamente dentro do cronograma", declarou o chefe do Palácio dos Bandeirantes. "O fato é que hoje o cronograma está em dia. Nós estamos com as 18 frentes de obra, essas 18 frentes já estão em andamento e a gente está aderente ao cronograma. Então, a previsão é de inaugurar o TIM (Trem Intermetropolitano) em 29 e o TIC (Trem Intercidades) em 31".

PINGA-FOGO

Bosch Campinas

A Bosch em Campinas inicia em 2027 a produção nacional de motores elétricos de propulsão para caminhões e reboques. O projeto a insere no setor brasileiro de eletrificação pesada e integra o plano de investimentos de R$ 1 bi na América Latina. A unidade já fabrica motores de baixa tensão para vidros e bancos automotivos.

América Latina

A unidade também passará a comercializar inversores, unidades de controle e transmissão. A medida visa atender à demanda regional por componentes voltados ao transporte de cargas com tecnologia nacionalizada. "Esse é um movimento estratégico para a Bosch", afirmou o CEO e presidente da empresa na América Latina, Gastón Diaz Perez.

Eletrificação

"Significa que iremos agregar novos produtos ao segmento de eletrificação, nacionalizando a produção de motores elétricos no Brasil. Acreditamos que a transição para a mobilidade sustentável ocorre por meio de múltiplas frentes, reduzindo a dependência de uma única tecnologia e permitindo uma adaptação gradual de mercados", declarou.

Novas fontes

"O Brasil possui muitas alternativas de fontes de combustível, e nós temos diversas soluções disponíveis para apoiar essa transição", complementou Diaz Perez. companhia firmou acordo comercial e tecnológico com a Suspensys, divisão da Randoncorp, para fornecer sistemas integrados apresentados na Fenatran 2026.

Em conjunto

A linha inclui o eixo auxiliar híbrido e-Sys e o modelo de tração 100% elétrica REA (Rigid eAxle) para caminhões semipesados. O gerente da Suspensys, Pedro Orlando, pontuou que "a parceria é extremamente relevante para que as duas empresas participem desse momento da mobilidade brasileira com produtos inovadores".

Redução do consumo

Desenvolvido pela Suspensys com o Centro Tecnológico Randon (CTR), o eixo e-Sys reduz o consumo de combustível via regeneração de energia. Já o sistema REA reúne motor, inversor e transmissão da Bosch aos componentes mecânicos da parceira para o transporte de cargas na América Latina.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Obra do Hospital Metropolitano está na fase de terraplenagem

Hospital Metropolitano fica pronto em novembro de 2029

Cronograma estimado é de 36 meses; obras estão na fase de terraplenagem

Por **Raquel Valli**

O Hospital Metropolitano de Campinas ficará pronto em novembro de 2029, de acordo com o cronograma do projeto, que prevê 36 meses de obras, iniciadas em agosto. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) lançou a predra fundamental da unidade, que está sendo construída na Av. Pref. Faria Lima, no Parque Itália, em terreno doado pela Prefeitura. O investimento é de R$ 553 milhões. O hospital ocupará 40 mil metros quadrados, próximo ao Mário Gatti e ao Ambulatório Médico de Especialidades (AME). Os trabalhos estão na fase de terraplanagem, e a gestão ficará a cargo de uma Organização Social de Saúde.

Serão 400 leitos: 262 de internação, 60 de UTI, 20 de Hospital Dia e 24 de observação. Haverá oito salas cirúrgicas, três de procedimentos e 20 consultórios. A unidade atenderá casos de média e alta complexidade em oncologia, neurocirurgia, ortopedia, cardiologia, urologia, cirurgias vascular e plástica e psiquiatria. O Centro Oncológico terá dois aceleradores lineares e estrutura para braquiterapia, além de equipamentos de ressonância, tomografia, PET-CT, cintilografia e hemodinâmica.

O hospital busca ampliar a capacidade de atendimento e reduzir a falta de leitos especializados na Região Metropolitana de Campinas (RMC). A estimativa estadual é beneficiar 4,6 milhões de moradores. "Era essencial abrir esse hospital, porque vimos, em todos os estudos, uma carência de leitos. Vai ser uma unidade supermoderna, com atendimento de média e alta complexidade em várias especialidades. Aqui, a localização foi pensada para garantir a integração com o Ambulatório Médico de Especialidades", afirmou Tarcísio.

Até a entrega, o Estado pretende ampliar os leitos do SUS com parcerias privadas e contratação de procedimentos. Em julho, convênio com o Hospital São Leopoldo Mandic, na Casa de Saúde, disponibilizou 29 leitos para Campinas e região. A Secretaria Estadual de Saúde prevê abrir mais de 70 leitos na cidade até o primeiro semestre de 2027.

Os convênios, a contratação de procedimentos na rede privada e a própria construção do Metropolitano buscam aliviar a pressão sobre os hospitais públicos, que enfrentam superlotações crônicas, a exemplo do que ocorre frequentemente no HC da Unicamp.

Chega a 294 mil abaixo-assinado contra medalha a Eduarda Campopiano

Deputada estadual é campineira e foi eleita este ano com discurso de que feminicídio não existe

Por **Moara Semeghini**

REPRODUÇÃO / INSTAGRAM



A deputada estadual campineira, eleita por São Paulo, Eduarda Campopiano (PL)

A decisão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de conceder a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à deputada estadual eleita por São Paulo, a campineira Eduarda Campopiano (PL), aprovada na terça-feira (10), provocou forte reação nas redes sociais e no meio jurídico. Até as 19h desta quinta-feira (12), um abaixo-assinado que pede a revisão da homenagem já somava 294.333 assinaturas, número que não para de crescer.

Intitulada "Impedir a concessão da Medalha Chiquinha Gonzaga a Eduarda Campopiano", a petição reúne milhares de comentários, sobretudo de mulheres. "Sou filha de uma mulher que por muito pouco não virou mais uma estatística de feminicídio. Acho uma falta de respeito conceder uma honraria inspirada em uma mulher tão importante a alguém que presta um desserviço aos direitos das mulheres", escreveu uma participante.

Outra classificou a medida como uma "afronta" por premiar com um símbolo democrático quem prega o autoritarismo.

A controvérsia reside no contraste entre a parlamentar, que se autointitula a "maior inimiga das feministas", e a trajetória de Chiquinha Gonzaga (1847–1935). Primeira pianista de choro e primeira mulher a reger uma orquestra popular no Brasil, ela compôs "Ó Abre Alas" (1899), financiou alforrias na luta abolicionista e cofundou a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) em defesa dos direitos autorais.

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) também entrou com representação pedindo a suspensão e a revogação da medalha por "vício de motivação". Segundo a entidade, a honraria destina-se a causas democráticas e humanitárias, enquanto a notoriedade de Campopiano decorre da negação pública do feminicídio, que ela já chamou em vídeos de "armadilha semântica".

Proposta pelos vereadores Fernando Armelau (PL), Marcos Dias (PL), Alana Passos (PL) e Leniel Borel (PP), a homenagem teve votos contrários de Rick Azevedo (PSOL), Joyce Trindade (PSD) e William Siri (PSOL), além da abstenção de Pedro Duarte (PSD). Nascida em Campinas e vereadora em Praia Grande, Campopiano soma 3,5 milhões de seguidores e foi eleita em outubro com 1.956.238 votos.



CORREIO GRANDE CAMPINAS

MARCO CHARNESKI / PETROBRAS



Refinaria de Paulínia está entre as dez melhores do País em 2026

Top 10 do ranking nacional reúne empresas com presença na RMC

A Petrobras, responsável pela Refinaria de Paulínia (Replan), aparece entre as dez melhores empresas para trabalhar no Brasil em 2026. A companhia ocupa a nona posição no ranking geral do Employer Branding Awards, elaborado pelo Indeed e pelo Glassdoor, e lidera a categoria Indústria. Divulgado na quarta-feira (11), o levantamento considera avaliações anônimas de funcionários e ex-funcionários no Glassdoor. Para entrar no ranking, as empresas precisaram reunir mais de mil avaliações. Outras duas organizações do Top 10 têm presença na Região Metropolitana de Campinas (RMC): a Cresol, primeira colocada, mantém agência em Campinas; e a The HEINEKEN Company, sétima, tem unidade em Sumaré, na RMC. Ao todo, 62 empresas foram reconhecidas. O estudo avalia ambiente de trabalho, liderança, crescimento profissional e remuneração dos funcionários.

Indaiatuba é 'Referência Google for Education'

Indaiatuba recebeu o título de Município Referência Google for Education, em cerimônia na sede do Google Brasil, em São Paulo. A premiação reconhece o projeto de transformação digital iniciado em 2021, que atende 86 escolas municipais. A rede conta com 20 mil licenças do Google Workspace for Education Plus e 21 mil tablets. A iniciativa beneficia cerca de 26 mil estudantes e 3 mil profissionais da educação. A rede mantém formação continuada e prepara alunos para tutoria, integrando tecnologia e inovação ao ensino público municipal.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE INDAIATUBA



Rede conta com 20 mil licenças do Google Workspace for Education

Câmara aprova política de cuidados a mulheres

A Câmara de Sumaré aprovou projeto que cria a Política de Atenção e Cuidados às Mulheres com Lipedema. De autoria do vereador Ney do Gás (PV), o PL nº 266/2026 prevê diagnóstico precoce, acompanhamento clínico, tratamento multidisciplinar e campanhas educativas. A proposta incentiva a capacitação de profissionais de saúde e a integração dos serviços. O texto já segue para sanção do prefeito Henrique do Paraíso. Nesta reunião foram aprovados projetos sobre incentivo à escrita nas escolas e o convívio entre gerações.

Câmara de Hortolândia articula Procuradoria

A Câmara de Hortolândia articula com a Prefeitura e entidades sociais a estruturação da Procuradoria da Mulher, criada pela Resolução nº 271/26, de autoria da vereadora Profª Roberta Diniz. A proposta é fortalecer a defesa dos direitos femininos e o combate à violência. Em reunião, representantes discutiram o regulamento interno, os canais de atendimento e os encaminhamentos à rede de proteção. O órgão terá atendimento reservado.

Reforma Tributária

Monte Mor realiza em 24 de novembro, às 19h, palestra sobre os impactos da Reforma Tributária para MEIs e microempresas. O encontro será no Centro de Capacitação Pedro Terruel e abordará mudanças na legislação e reflexos nos negócios. A atividade também tratará da Feira de Final de Ano do grupo Todas por Elas. As inscrições são on-line, por formulário.

Casos de Mpox em 2026

Paulínia confirmou dois casos de Mpox em 2026 e investiga uma terceira ocorrência. Os pacientes confirmados são um homem de 27 anos e uma mulher de 39, ambos recuperados. O caso em investigação é de um homem de 33 anos. A doença é transmitida principalmente pelo contato próximo com pessoas infectadas. A orientação é procurar uma UBS.

Farmácia popular na UPA

A UPA de Indaiatuba passa a oferecer farmácia a partir de sexta-feira (13), para pacientes atendidos em urgências e emergências. O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, das 17h às 7h, e 24 horas aos fins de semana e feriados. Das 7h às 17h, a retirada seguirá na Farmácia Unificada da Morada do Sol. A mudança amplia o acesso.

Contas municipais

A Câmara de Monte Mor rejeitou as contas da Prefeitura referentes 2018/2019. A votação terminou com 11 votos favoráveis e dois contrários à rejeição, seguindo pareceres do Tribunal de Contas do Estado. As contas são da gestão do ex-prefeito. Entre as irregularidades estão déficits financeiros, recolhimento parcial de encargos sociais, falta de vagas na rede.

Impactos do turismo

Holambra realiza pesquisa para conhecer a percepção dos moradores sobre o turismo e seus reflexos na cidade. O levantamento aborda aspectos econômicos, ambientais e socioculturais e servirá de base para o planejamento de políticas públicas. A participação é on-line, gratuita e pode ser feita até 24 de janeiro de 2027. O formulário está nos canais oficiais da Prefeitura.

Encontro de carros antigos

O 12º Encontro de Veículos Antigos ocorre neste sábado (14) e domingo (15), no Complexo Usina Santa Bárbara, das 9h às 22h e das 9h às 17h. A entrada é solidária, com doação de 2 kg de alimentos não perecíveis. Programação inclui exposição de veículos, shows, praça de alimentação, feira de economia criativa, mercado e área kids.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE VALINHOS



Encontro técnico reuniu equipes para avaliar ações após a tragédia aérea

Dois anos após queda, Valinhos e Vinhedo debatem voo 2283 Voepass

Acidente é tido como a maior tragédia aérea em solo brasileiro desde 2007

Da **Redação**

O acidente do voo 2283 da Voepass, que deixou 62 mortos em Vinhedo, foi tema de um encontro técnico realizado em Valinhos. A atividade reuniu profissionais de diferentes áreas para avaliar a atuação durante a tragédia e discutir o cuidado com familiares das vítimas e socorristas. O evento ocorreu na quarta-feira (11), no Centro de Formação e Lazer, por iniciativa do Conselho de Proteção e Defesa Civil de Valinhos.

Com o tema "Para além do resgate: o cuidado com quem fica e quem atua", o estudo de caso contou com a participação da Defesa Civil de Vinhedo, município onde a aeronave caiu em 9 de agosto de 2024. A programação promoveu uma reflexão sobre os procedimentos operacionais e os desdobramentos da ocorrência, incluindo acolhimento de familiares, luto e saúde mental dos profissionais mobilizados.

O diretor da Defesa Civil de Vinhedo, Maurício Roberto Barone, apresentou a atuação no local do acidente. O debate sobre luto foi conduzido pela psicóloga responsável pelo painel, enquanto a 1ª sargento da Polícia Militar Valdirene Pedrosa abordou a saúde mental dos agentes. Já o capitão PM Juliano Aparecido Cerqueira da Silva, do 35º Batalhão de Polícia Militar do Interior, tratou da preservação da área para os trabalhos de investigação.

A iniciativa buscou promover a troca de experiências e reforçar a integração entre instituições e municípios, além da capacitação de equipes que atuam em situações de emergência. A discussão destacou que a resposta a grandes tragédias não se limita às operações de salvamento: também exige atenção às pessoas que perderam familiares e aos profissionais expostos a situações de alto impacto emocional.

O voo 2283 era operado por um ATR-72 que fazia a rota entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP). A aeronave caiu em Vinhedo, em 9 de agosto de 2024, e todas as 62 pessoas a bordo morreram. Entre as vítimas estavam pessoas de diferentes profissões e duas crianças.

Considerado a maior tragédia aérea em solo brasileiro desde 2007, o acidente mobilizou equipes de diferentes municípios. Na ocasião, a Defesa Civil de Valinhos prestou apoio logístico ao resgate, e a cidade recebeu familiares das vítimas e equipes de serviço.

CORREIO DAS REGIÕES

PREFEITURA DE SOROCABA



Sorocaba cancela edital de R$ 3,75 milhões para o Natal Iluminado

TCE-SP trava licitação e Sorocaba cancela edital de Natal Iluminado

Sorocaba cancelou a concorrência do Natal Iluminado 2026, que previa R$ 3,75 milhões com enfeites e luzes de fim de ano. O ato saiu no Diário Oficial do Município de sexta-feira (6), após o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo mandar travar o certame por suspeita de falhas no edital. A ordem de 23 de outubro, do conselheiro Carlos Cezar, veio após denúncia sobre regras muito fechadas, como exigir experiência com pinheiro de 30 metros e boneco de Papai Noel, além de projetos e imagens em 3D em duas horas após os lances. Pesaram ainda amostras, seguro-garantia e 30 itens distintos num lote só. Para o Tribunal, isso afastaria concorrentes. A Prefeitura deveria se explicar, mas o prazo acabou na terça-feira (10). Como o certame já estava cancelado, o caso foi arquivado. O Correio da Manhã procurou o Executivo sobre o cancelamento e a festa, e não tivemos retorno.

Câmara vota lei para monitorar a água

A Câmara Municipal de Itapeva vota um projeto de lei que exige análises mensais da qualidade da água e a divulgação pública dos resultados, além de alertas imediatos aos moradores em caso de contaminação. A medida surge no âmbito da Comissão Especial de Inquérito criada após um parasita e uma bactéria na rede encanada provocarem um surto de virose com mais de 4,3 mil casos na cidade. Diante da grave crise sanitária, a Prefeitura decretou estado de calamidade pública e a Sabesp suspendeu as tarifas.

CÂMARA DE ITAPEVA



Câmara de Itapeva vota lei que obriga análises mensais da água

Audiência decide futuro de ursos no zoo

Uma audiência marcada para a próxima quarta-feira (25) definirá o futuro do casal de ursos-de-óculos Penélope e Pepito, do Zoológico Municipal de Sorocaba (SP). A Ação Civil Pública do MPSP e da Anda pede a transferência dos animais para o Santuário Rancho dos Gnomos, em Joanópolis, apontando irregularidades estruturais e problemas de saúde. Por outro lado, defensores e biólogos protestam pela modernização do espaço e cobram investimentos para mantê-los no município, gerando intenso debate sobre conservação.

Animais silvestres são resgatados em Sorocaba

A Polícia Civil de Sorocaba apreendeu oito animais silvestres mantidos em cativeiro por um casal na zona leste. Entre as espécies resgatadas estão três macacos-prego, dois papagaios, um tucano-de-bico-verde e dois cuiú-cuiús. Sem comprovação da origem de parte dos animais, os suspeitos responderão por crime ambiental. As aves foram encaminhadas a órgãos ambientais e os primatas irão para reabilitação.

Mutirão de Angiologia

São Roque (SP) realiza entre e hoje e amanhã (14) o Mutirão de Angiologia no CEMA, em Maylasky. Serão atendidos 260 pacientes, com encaminhamento da Regulação, com consultas, Doppler e escleroterapia. A previsão é de 3.300 procedimentos. Sem encaminhamento, procure a unidade de saúde local. Os atendimentos serão gratuito.

Temporal na região

Um forte temporal atingiu as cidades de Buri (SP) e Guapiara (SP), na região de Itapetininga (SP), causando alagamentos em ruas, queda de árvores e de um muro. O volume intenso de chuva também provocou o cancelamento de uma feira livre local. Equipes da Defesa Civil foram mobilizadas para atender os moradores afetados.

Caos da chuva

Um temporal com chuva de granizo e raios atingiu Piraju na madrugada na quinta-feira (12), causando danos em estradas rurais e na rede elétrica do Departamento de Serviços. Os estragos também comprometeram temporariamente o atendimento telefônico municipal. A prefeitura atua no restabelecimento e não há registro de feridos.

Saúde em Itapetininga

Durante o mês de novembro, unidades de saúde do município ampliam o horário de atendimento para a campanha Novembro Azul em Itapetininga (SP). As unidades de saúde participantes oferecem testes rápidos, orientações de prevenção e foco nos cuidados essenciais com a saúde masculina ao longo de toda a programação especial.

Curso gratuito

Fundo Social de Itapetininga abriu inscrições, até o dia 17 de novembro, para cursos gratuitos de culinária com foco em panetones e receitas natalinas. A iniciativa capacita moradores para as festas de fim de ano, sendo uma ótima oportunidade tanto para quem deseja surpreender a família quanto para garantir uma renda extra.

Museu do EC São Bento

O Museu do Esporte Clube São Bento de Sorocaba promove encontro gratuito na próxima terça-feira (17), às 19h30, no Complexo Humberto Reale. Aberto a torcedores e pesquisadores, o evento busca debater com a comunidade o futuro do espaço, elaborar o Plano Museológico e definir novas diretrizes para o acervo histórico do clube.

REPRODUÇÃO/CPFL PIRATININGA



Decisão judicial barra corte de energia e troca de medidor na cidade.

Sorocaba: Justiça veta corte de luz de contas contestadas

Liminar veta desligamento e troca de medidores para clientes com queixas.

Da **Redação**

A Justiça de Sorocaba (SP) proibiu a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) Piratininga de cortar o fornecimento de energia elétrica e de substituir os medidores de consumidores que possuem reclamações formais em aberto sobre possíveis erros de leitura ou cobranças consideradas exorbitantes. A decisão, assinada pelo juiz Pedro Luiz Alves de Carvalho, da 5ª Vara Cível, atende a um pedido de tutela de urgência em ação civil pública movida pelo Instituto de Fiscalização e Controle.

Com parecer favorável do Ministério Público, a liminar transforma em obrigação legal o compromisso que a concessionária havia assumido apenas administrativamente em outubro. A suspensão dos cortes e das trocas de equipamentos é imediata e protege moradores que formalizaram queixas na própria CPFL, no Procon ou na comissão parlamentar criada na Câmara Municipal de Sorocaba para acompanhar as denúncias. A empresa só poderá retomar cobranças ou eventuais desligamentos após apresentar uma resposta conclusiva e fundamentada ao consumidor.

Além de barrar os cortes, a determinação judicial impõe regras de transparência. A concessionária tem o prazo de 15 dias para divulgar, de forma visível em seu site e canais de atendimento, os procedimentos para contestação de faturas e o direito de proteção contra desligamentos enquanto houver análise pendente. No mesmo prazo, a companhia precisará informar à Justiça o total de contas refeitas desde maio de 2026, o valor médio dos abatimentos concedidos e os critérios técnicos adotados nas revisões.

Embora a liminar não tenha fixado multa automática inicial, o magistrado destacou que caso o descumprimento poderá gerar penalidades previstas no Código de Processo Civil. A crise ganhou força nos últimos meses após relatos generalizados de aumentos expressivos nas faturas logo depois da troca de medidores. Em setembro, a própria CPFL reconheceu falhas humanas no registro de consumo e orientou os clientes afetados a guardarem faturas anteriores e protocolos de atendimento para garantir a revisão dos valores. Em nota, a empresa afirmou que realiza análises individualizadas desde outubro e segue à disposição da Justiça.

CORREIO ECONÔMICO

AGÊNCIA DE NOTICIAS DO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL



Em outubro índice subiu 0,22%, de acordo com o IBGE

INPC, inflação que corrige salários, acumula 4,49% em 1 ano

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de outubro em 0,22%. Com isso, o acumulado de 12 meses chega a 4,49%. Em setembro, a inflação de um ano estava em 4,29%. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês passado, o grupo dos produtos alimentícios subiram 1,10%; já o dos não alimentícios caiu -0,07%.

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro em seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

Aquisição da transportadora de etanol Logum

A Petrobras firmou um acordo para se tornar 100% dona da empresa Logum Logística, que atua no transporte, movimentação e armazenamento de etanol. A estatal já era proprietária de 30% do capital social da Logum e fechou os termos para pagar R$ 620 milhões pelos demais 70%, que pertencem às empresas Raízen Energia (30%), Copersucar (30%) e Uniduto Logística (10%). A informação foi divulgada nesta quinta-feira (12), inicialmente por meio de um comunicado a investidores da companhia.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Estatal detém 30% da empresa pagará R$ 620 mi pelo restante

Inflação fica em 0,14%; conta de luz cai

A bandeira verde na conta de luz e o custo dos transportes deram alívio ao bolso dos brasileiros em outubro e ajudaram a inflação oficial a perder força e fechar o mês de outubro em 0,14%. Em setembro, o indicador ficou em 0,82%.

No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,63%, percentual acima da meta do governo.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Grupo habitação puxou números para baixo

O grupo habitação foi o que mais puxou a inflação para baixo. A variação de -0,51% é a mais profunda para um mês de outubro desde 2019.

O resultado foi influenciado pelo preço da energia elétrica residencial, que recuou 1,92% (impacto de -0,08 p.p.). A conta de luz foi o subitem que mais exerceu pressão de baixa em todo o IPCA.

Supersalários I

O pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional prevê prazo de até 120 dias para que os parlamentares analisem uma proposta de regulamentação dos chamados supersalários no funcionalismo público. O projeto também prevê redução de benefícios tributários e mudanças nas regras de gastos públicos.

Supersalários II

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas busca melhorar as contas públicas sem comprometer políticas essenciais. A expectativa do governo é que o pacote tenha impacto fiscal de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões em 2027.

Selo Diamante

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu, pela quarta vez consecutiva, o selo Diamante do Radar Nacional da Transparência Pública. Neste ano, a instituição alcançou 100% de pontuação na avaliação, resultado inédito entre os órgãos federais. A Amazul foi outra empresa pública a receber o selo.

Dólar cai 0,42%

O dólar fechou em queda na quarta (11), e a bolsa brasileira avançou, em uma sessão marcada pela repercussão do pacote de ajuste fiscal do governo e pelo desempenho positivo dos mercados internacionais. A moeda estadunidense recuou cerca de 0,4%, para R$ 5,56, enquanto o Ibovespa subiu na mesma proporção, aos 172 mil pontos.

Ibovespa avança

O Ibovespa fechou em alta de 0,42%, aos 172.060,44 pontos, acompanhando o desempenho positivo das bolsas de Nova York e repercutindo as notícias sobre o pacote fiscal brasileiro. Durante o pregão, o principal índice da Bolsa brasileira oscilou entre a mínima de 171.335,20 pontos e a máxima de 172.986,66 pontos.

Subsídios ao diesel

O governo federal propôs retirar até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026. A medida integra o pacote de ajuste fiscal apresentado ao Congresso Nacional na última quarta-feira (11), por meio de um projeto de lei complementar protocolado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA).

UFSM



Contenção daria para abastecer 2 mil pessoas por ano

Reúso de computadores gera economia de água

Contenção do governo brasileiro daria para abastecer 2 mil pessoas por ano

Da **Redação**

Um programa do governo brasileiro, que reaproveita computadores usados, já economizou 133,3 milhões de litros de água. A estimativa é do Ministério das Comunicações, que coordena a iniciativa de reúso dos equipamentos eletrônicos, através de seu Programa Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, o reaproveitamento dessas máquinas evita a produção de um computador novo, cujo processo de produção gastaria em média 1.500 litros de água.

Em vez de descartados, os equipamentos são recondicionados para poderem ter sua vida útil prolongada. Esses computadores são usados em projetos de inclusão digital em comunidades quilombolas, territórios indígenas, regiões ribeirinhas e áreas rurais de todo o país.

"Profissionais avaliam suas condições de funcionamento e identificam quais componentes podem ser recuperados e reutilizados. Os equipamentos com potencial de recuperação passam por procedimentos de manutenção, limpeza, substituição de componentes defeituosos, testes de funcionamento e instalação ou configuração de sistemas operacionais e programas necessários à sua utilização. Em muitos casos, componentes de diferentes equipamentos podem ser aproveitados para recuperar computadores que, de outra forma, seriam descartados", explica coordenador de Inclusão Digital do ministério, Gustavo André Lima.

Quase 89 mil computadores, provenientes principalmente de órgãos públicos federais, já foram recondicionados e reaproveitados pelo Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, além da economia de água, o reaproveitamento dos equipamentos evitou a queima de 20 mil toneladas de combustíveis fósseis e o uso de 1,8 mil toneladas de produtos químicos.

"A destinação adequada de equipamentos usados é fundamental para reduzir a geração de resíduos, preservar os recursos naturais e incentivar modelos de produção e consumo mais sustentáveis. A fabricação de equipamentos eletroeletrônicos depende da extração de matérias-primas, do consumo de água e energia e da utilização de diferentes produtos químicos", destaca Lima.

Trinca de ouro vai da base do Vasco à Seleção Brasileira em apenas quatro anos

Companheiros de Sub-20 no Vasco, Andrey Santos e Marlon Gomes retomam parceria na Amarelinha

Por **Pedro Sobreiro**

RAFAEL RIBEIRO | CBF



Rayan, Marlon Gomes, Andrey Santos e o goleiro Phillipe Gabriel, do atual sub-20 do Vasco, estão representando a Seleção Brasileira nesta Data FIFA

Destaques desde as categorias de base do Vasco da Gama, Andrey Santos e Marlon Gomes são considerados duas das maiores joias do meio-campo do futebol brasileiro. Mais do que só talento bruto, a dupla se destacou desde cedo pelo psicológico forte, característica que fez deles destaques do Cruzmaltino na campanha do acesso para a Série A do Brasileirão em 2022, quando tinham entre 17 e 18 anos de idade.

Andrey se destacou mais cedo, se consagrando como o craque do acesso vascaíno em 2022. Dominando a "volância" como gente grande, o meio-campo logo chamou atenção do futebol europeu e foi comprado pelo Chelsea. Agora no Manchester United, depois de se destacar na França, o volante busca se firmar como um dos pilares da meiuca da Seleção - e quer usar os amistosos desta Data FIFA para isso.

– Para ser sincero, me sinto muito confiante. Acho que esta nova trajetória é muito importante para todos e também para mim, porque ainda sou jovem, tenho apenas 22 anos. Quando falamos da Seleção Brasileira, isso é muito importante para mim, porque sempre sonhei com este momento. Estou muito feliz por estar aqui. Claro que preciso fazer o meu trabalho no clube para poder estar aqui – disse o atleta, em entrevista coletiva em Singapura.

Além de Marlon, Andrey também volta a dividir vestiário com Rayan, outro Cria da Colina, que demorou mais a chegar ao profissional, mas já é figurinha carimbada de Ancelotti nas convocações.

– É motivo de muito orgulho, não só por mim, mas pelos meus companheiros, Marlinho e Rayan. Marlinho e eu moramos juntos no alojamento, crescemos juntos desde a base. Na última convocação, ele me mandou uma mensagem desejando os parabéns, e eu respondi dizendo que logo estaríamos próximos. Não demorou muito e hoje estamos aqui. O Rayan nem se fala. Crescemos juntos. Tivemos a oportunidade de jogar uma Copinha juntos. É um garoto especial e fico muito feliz de estar junto com ele – afirmou.

Craque das seleções de base

Já Marlon Gomes, também na entrevista coletiva, refletiu sobre sua trajetória nas seleções brasileiras de base e disse se sentir em casa na Seleção principal. Entre 2019 e 2024, "Marlinho" atuou nas categorias Sub-16, 17, 18, 20 e 23 da Seleção Brasileira. No entanto, fazia dois anos que ele no vestia a camisa verde e amarela, dado o limite de idade, e isso vinha incomodado. Por isso, sua estreia pelo time principal é tão especial.

– Vivi muito tempo aqui, desde a base. Comecei a frequentar a Seleção com 15 anos, então sempre foi a minha segunda casa. Toda vez que tinha convocação, eu estava, juntamente com o Andrey. Tenho muitos amigos que conheço desde a base e fico muito feliz de poder reencontrá-los e de voltar à Seleção depois de um longo tempo, agora na Seleção Principal – disse o meia, com um largo sorriso no rosto.

Pai muito jovem, aos 15 anos de idade, Marlon transformou a incerteza de um vida sem condições financeiras, em uma promessa: ele viraria jogador de futebol e chegaria à Seleção para mudar as vidas de quem amava.

– Eu era muito novo e não tinha condições financeiras. Quando minha mãe soube, choramos juntos: eu, ela e a mãe da minha filha. Prometi mudar a nossa vida, não só da boca para fora, mas também me tornar um grande jogador e um jovem de respeito que chegaria na Seleção. Cumpri essa promessa – contou.

A Seleção Brasileira encara o Japão às 7h15 (de Brasília) de sábado (14) e vai a campo pela última vez neste ano contra Singapura, na próxima terça (17), às 7h (de Brasília). Ambos os amistosos serão realizados no Estádio Nacional de Singapura.

Red Bull e Racing Bulls estabilizam suas equipes na Fórmula 1

Por **Pedro Sobreiro**

VCARB / RED BULL CONTENT POOL



Arvid Lindblad e Liam Lawson seguirão na Racing Bulls em 2027

Nos últimos anos, a única certeza acerca das equipes da Red Bull na Fórmula 1 era a vaga do tetracampeão mundial Max Verstappen na Red Bull Racing. Desde a saída de Daniel Ricciardo da RB, em 2018, Max já teve seis companheiros de equipe diferentes. O mais notável foi o mexicano Sergio Pérez, que desempenhou papel defensivo impecável de 2021 a 2024, justamente as temporadas que Max conquistou o campeonato de pilotos.

Porém, nos outros anos, o segundo assento da escuderia rodou entre pilotos como Pierre Gasly, Alexander Albon, Liam Lawson e Yuki Tsunoda até chegar ao jovem Isack Hadjar. Desempenhando bom papel como segundo piloto, Hadjar conquistou seus pódios e o mais importante: não atrapalhou Max. Com isso, ele está com vaga garantida para 2027. Um feito desde a saída de Pérez.

Na Racing Bulls, equipe secundária da marca, as mudanças de piloto foram tão grandes quanto as mudanças de nome da antiga Toro Rosso, passou a se chamar AlphaTauri e agora é a Racing Bulls.

Com uma temporada bastante regular em 2026, a equipe anunciou a renovação com Liam Lawson e Arvid Lindblad para 2027. Parece que as equipes da Red Bull enfim encontraram a sonhada estabilidade no campeonato.

Congresso muda orçamento pela Copa do Mundo Feminina

Por **Lucas Pordeus León (Agência Brasil)**

O Congresso Nacional aprovou, na quinta (12), projeto de lei que flexibiliza regras fiscais e orçamentárias para a realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, no Brasil entre 24 de junho e 25 de julho. De autoria da Presidência da República, o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 5 de 2026 prevê exceções pontuais a algumas regras Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os pontos que podem ser flexibilizados, estão a proibição de criação de novas despesas obrigatórias em 2026; exigência de comprovação de que despesas continuadas não comprometem o cumprimento da meta fiscal; apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro; restrição à contratação de novo empréstimo quando houver outro da mesma natureza ainda não quitado; limitações à ampliação, à prorrogação ou à extensão de benefícios tributários.

Trata-se de evento de grande envergadura internacional, cujo planejamento e execução demandam a adoção tempestiva de providências de natureza jurídica, administrativa e orçamentária, justificou o relator Luiz Gastão (PSD-CE).

Estudo da FGV Projetos, encomendado pela Embratur, calcula que o torneio tem potencial para movimentar cerca de R$ 8,8 bilhões no país, com criação de 73 mil empregos, entre vagas diretas e indiretas. Os pesquisadores estimam que cerca de 2 milhões de pessoas devem acompanhar o campeonato, o que fortalece setores como hotelaria, transporte, alimentação e comércio.

CORREIO
NO MUNDO

REUTERS/FOLHAPRESS



Tensão ocorre antes de eleições locais e reunião da Apec

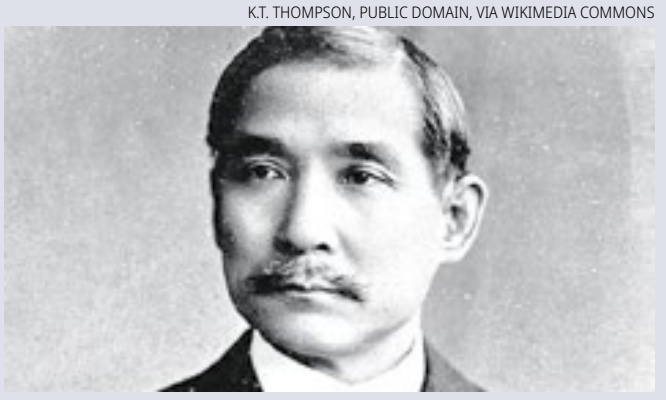
Xi Jinping diz que a reunificação de Taiwan à China é "inevitável"

O dirigente da China, Xi Jinping, afirmou nesta quinta-feira (12) que a reunificação de Taiwan à China é uma missão histórica do Partido Comunista e declarou que o processo será concretizado. A declaração foi rejeitada de maneira firme por Taipé. O discurso ocorre um dia depois de os ministros das Relações Exteriores do G7 criticarem, em declaração conjunta, o aumento da pressão militar e marítima de Pequim sobre a ilha. Em discurso no Grande Salão do Povo, em Pequim, Xi falou que "a maré da história não pode ser detida" e que "a reunificação completa da pátria deve ser alcançada e certamente será alcançada". Afirmou ainda que a China mantém o compromisso com a "reunificação pacífica" e com a política de "um país, dois sistemas", e que está disposta a dialogar desde que seja respeitado o "princípio de uma só China". Todos os chineses, inclusive os que vivem em Taiwan, devem unir esforços contra as forças "separatistas", acrescentou.

Ministério da Defesa detectou aeronaves

Embora Xi não tenha citado o uso da força, opção que Pequim nunca descartou, as Forças Armadas da China operam diariamente ao redor da ilha. O Ministério da Defesa de Taiwan informou ter detectado 29 aeronaves militares chinesas, entre caças J-16 e drones em patrilha ao redor da ilha, realizada em coordenação com navios de guerra chineses. As operações ampliam a preocupação de Taipé com a capacidade chinesa de restringir o acesso marítimo à ilha e às rotas estratégicas da região.

K.T. THOMPSON, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Xi falou em homenagem aos 160 anos do nascimento de Sun Yat-sen

China considera Taiwan parte de seus domínios

A China considera Taiwan, governada democraticamente, parte de seu território. O modelo de "um país, dois sistemas" não tem apoio de nenhum dos principais partidos taiwaneses. Um porta-voz do Conselho para Assuntos do Continente afirmou que nem o governo nem a população da ilha podem aceitar a fórmula, que significaria submeter-se ao regime autoritário do Partido Comunista. Taiwan considera as águas a leste de seu território fundamentais para o abastecimento por parte de aliados em caso de guerra ou bloqueio.

Discurso em homenagem a Sun Yat-sen

Um eventual cerco marítimo poderia comprometer rotas comerciais e dificultar a chegada de apoio externo. Xi falou em homenagem ao 160º aniversário de nascimento de Sun Yat-sen, líder da revolta de 1911 que pôs fim ao governo imperial e instaurou a República da China. Pequim o considera herói nacional e precursor da revolução comunista de 1949, que levou o governo derrotado da República da China a fugir para Taiwan.

Starlink na Ucrânia

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, afirmou nesta quinta-feira (12) que o Exército enfrenta novas restrições no acesso à internet via satélite Starshield, serviço da SpaceX, de Elon Musk, considerado crucial para as comunicações na linha de frente da guerra. A reclamação não é nova, e vem coincidindo com a aproximação de Trump a Vladimir Putin.

Interrupções diárias

"Nossas unidades registram há vários dias interrupções significativas no funcionamento da Starshield em território ucraniano", declarou nas redes sociais. "Não são erros aleatórios. Isto está ajudando os russos a matar mais ucranianos e a executar ataques mais precisos."
O Starshield é a versão militar da internet Starlink.

Zelenski suspeita

Os primeiros problemas foram relatados pela Ucrânia no mês passado, após Zelenski criticar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por seu acordo com a Rússia para a compra de diesel. Naquela ocasião, o serviço ficou vários dias com interrupções antes de ser restabelecido. Trump e Musk negam responsabilidade pelos cortes.

Proximidade com Putin

Já o empresário acusou a Ucrânia de uso indevido da ferramenta. As novas falhas coincidem com a chegada ao Kremlin, nesta quinta, dos enviados americanos Jared Kushner, genro de Trump, e Steve Witkoff, para uma reunião com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. O encontro ocorre após dias de tratativas de paz em Abu Dhabi.

Reunião de paz

Os negociadores de Moscou e de Kiev relataram avanços, mas não houve anúncios concretos. Depois de ver Putin, os enviados seguirão para Dublin, onde informarão Zelenski, que está na capital irlandesa para se reunir com líderes europeus. Kushner disse que a reunião desta quinta serviria para buscar avanços, "porque vemos algumas brechas e oportunidades".

Troca de prisioneiros

Segundo ele, há áreas em que os dois lados podem chegar a soluções de compromisso e outras que exigem mais debate, mas as conversas foram "um bom primeiro passo". Ele se recusou a detalhar em quais. Um dos resultados anunciados após as conversas foi um acordo para troca de prisioneiros de guerra, que poderá envolver até 1.200 militares de cada lado.

REUTERS/FOLHAPRESS



Agentes do ICE terão que usar câmeras corporais obrigatórias

EUA batem recorde de prisões e deportações de imigrantes

Trump volta a instrumentalizar o tema da migração após as midterms

Por **Mayara Paixão (Folhapress)**

O governo de Donald Trump anunciou nesta quinta-feira (12) que atingiu recorde de detenções e deportações de imigrantes na história dos Estados Unidos no último ano fiscal (período de 12 meses consecutivos contados de outubro de um ano a setembro do outro). As ações contra imigrantes em situação irregular orquestradas desde que o republicano retornou à Casa Branca e tratadas como uma de suas prioridades nessa segunda gestão já pavimentavam o caminho para esse recorde, agora propagado pelo governo como tentativa de atenuar o fracasso nas eleições de meio de mandato.

O Departamento de Segurança Interna, pasta responsável pelo ICE, a polícia de imigração, disse que no ano fiscal que terminou em setembro mais de 491 mil imigrantes foram detidos, e mais de 483 mil, deportados. Para efeitos de comparação, em 2024, último ano do governo de Joe Biden, foram 113 mil detenções e 271 mil deportações.

Ainda segundo a pasta, cerca de 475 mil dessas detenções são as chamadas "prisões administrativas", ou seja, ocasionadas por processos imigratórios civis, como quando um imigrante permanece no país sem ter um visto válido, não criminais. Isso indica que somente uma minoria é presa por ser acusada ou culpada por crimes.

Na soma, os dois primeiros anos de Trump 2 já levaram à deportação de 1,2 milhão de imigrantes e à prisão de 1,25 milhão. O governo diz que, no total, 3 milhões de imigrantes deixaram o país, contas que são pouco claras. Infere-se que elas incluem imigrantes que decidiram voltar, em teoria voluntariamente, a seus países de origem após serem ameaçados de deportação. Ou, então, que as cifras também consideram os imigrantes expulsos diretamente na fronteira.

O governo tem feito uma ampla campanha de propaganda sobre as deportações e compartilhado nas redes sociais os perfis de imigrantes detidos com acusações criminais, ainda que eles sejam uma minoria.

Ao anunciar o recorde nesta quinta-feira, o governo compartilhou o que chama de exemplos dos "piores ilegais presos pelo ICE". Há um brasileiro na lista.

Embora as ameaças de Trump contra os imigrantes em situação irregular tenham ajudado a levá-lo de volta à Casa Branca nas eleições de 2024, a concretização dessas medidas não foi suficiente para manter seu apoio nas eleições para o Congresso da semana passada. A queda no poder de compra dos americanos difundiu uma insatisfação generalizada.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

MPSP



Liliana recebeu 189 votos e terá Sérgio de Passos Simas como vice

MPSP elege Liliana Mercadante Mortari como corregedora-geral

Liliana foi eleita corregedora-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o próximo biênio, em votação realizada nesta quarta (11), por sistema eletrônico, com a participação de 311 procuradores de Justiça. A chapa vencedora recebeu 189 votos, correspondentes a 60,8% dos votos registrados, e terá Sérgio de Passos Simas como vice-corregedor-geral. A candidatura adversária, formada por Gilberto Nonaka e Pedro Ferreira Leite Neto, obteve 117 votos. Também foram contabilizados dois votos em branco e três nulos. A eleição foi conduzida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. A Corregedoria-Geral é responsável pela fiscalização e orientação da atuação funcional dos membros do Ministério Público, além de inspeções e acompanhamento do cumprimento dos deveres de promotores e procuradores. O mandato terá duração de dois anos.

Angra lança Calendário Oficial de Eventos

Angra dos Reis lançou o Calendário Oficial de Eventos 2027. A cerimônia aconteceu na Casa Larangeiras e apresentou as atividades culturais, esportivas e religiosas previstas para o próximo ano. A iniciativa permite que moradores e visitantes tenham conhecimento antecipado da programação da cidade. Eventos já tradicionais, como o Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande e a Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis (FITA), ganharão a companhia de novas atrações.

DIVULGAÇÃO/PMAR



A cerimônia de lançamento do Calendário 2027

Planejamento estratégico

Detalhe: o calendário é também uma ferramenta estratégica para o planejamento e a divulgação dos eventos, contribuindo para dar previsibilidade ao mercado, fortalecer a economia local e impulsionar o turismo em Angra dos Reis. E mais: a organização da publicação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação, que coordenou a elaboração do calendário e promoveu um concurso para selecionar as fotografias que ilustram a edição.

Programação musical

O cantor e compositor Tiago Iorc abre a programação musical na sexta-feira, 14 de maio. Um dos principais nomes da música pop brasileira contemporânea, com mais de 15 anos de carreira, ele conquistou o público com canções que combinam pop, folk e MPB e marcadas por melodias delicadas e letras românticas. No sábado, 15 de maio, será a vez de Fagner subir ao palco.

'Alívio Pontual'

A Fiesp classificou como um alívio pontual a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do STF, sobre a implementação da nova jornada de trabalho. Para a entidade, a medida representa um primeiro sinal de flexibilização diante da complexidade da mudança, mas não resolve integralmente os problemas decorrentes da alteração.

Negociação Coletiva

A decisão do STF reconhece a possibilidade de negociação coletiva para flexibilizar a compensação de folgas na escala 5x2. Para a Fiesp, o entendimento representa um avanço ao considerar as particularidades das relações de trabalho e evitar que um cronograma rígido desconsidere a realidade produtiva dos diferentes setores.

Prazo Insuficiente

A entidade considera insuficiente o prazo de 60 dias previsto para a conclusão de novas convenções nos setores afetados. Segundo a Fiesp, uma transformação dessa magnitude exige planejamento, diálogo com os segmentos econômicos e um período de adaptação compatível com as condições do mercado.

Pressão Inflacionária

A Fiesp alerta para os efeitos do fim da escala 6x1 sobre os custos de produção e a inflação. A entidade cita manifestação do Banco Central na ata mais recente do Copom sobre o tema e avalia que o aumento de preços, combinado ao crédito caro, penaliza empresas e famílias brasileiras, com reflexos sobre o poder de compra.

Crédito Caro

Na avaliação da Fiesp, a combinação de pressão inflacionária e juros elevados aprofunda o endividamento generalizado da economia. A entidade sustenta que mudanças nas jornadas de trabalho precisam considerar seus impactos sobre a atividade produtiva, os custos empresariais e a capacidade financeira das famílias.

Transição Ampliada

A Fiesp espera que o plenário do STF prorrogue por 12 meses a entrada em vigor das regras previstas na Emenda Constitucional 141/2026. A entidade cita como referência cronogramas de adaptação adotados por países como Chile, Colômbia e México, considerados exemplos de transições mais estruturadas e compatíveis com a realidade econômica.

TON MOLINA/AGÊNCIA SENADO



Senado aprovou texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027

Governo aprova o texto-base do ajuste fiscal no Senado Federal

Governo aceitou mudanças; destaques serão votados na próxima semana

Por **Beatriz Matos**

Após dois dias de negociações, o governo Lula (PT) conseguiu aprovar, nesta quinta-feira (12), o texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027 no Senado. Foram 45 votos favoráveis e 31 contrários, em uma sessão marcada por bate-boca e tentativas da oposição de adiar a deliberação. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), encerrou os trabalhos e deixou a análise de quatro destaques para a próxima semana.

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou sucessivas questões de ordem, sustentando que o regimento previa um intervalo de quatro sessões após a aprovação da urgência. Alcolumbre rejeitou os pedidos, argumentando que a votação no mesmo dia era uma prática consolidada na Casa.

A discussão se acirrou quando Malta acusou o presidente de atropelar o regimento e agir como um "ditador". O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), reagiu, acusou o senador de tumultuar a sessão e fez referência à depredação de prédios públicos.

Para ampliar o apoio, Braga incorporou sugestões de governistas e oposicionistas. Entre elas, uma emenda de Izalci Lucas (PL-DF), que exclui o Fundo Constitucional do Distrito Federal das restrições fiscais do projeto.

Braga também acolheu uma emenda de Randolfe que retira a exigência de um plano para adequar o crescimento de despesas obrigatórias constitucionais aos limites do arcabouço fiscal.

Após a votação, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse que o projeto combina contenção de despesas e medidas tributárias, preservando políticas sociais.

"Ele faz de forma inteligente, combinando medidas de despesa e receita e preservando direitos da população, especialmente a política de valorização do salário mínimo, que para nós é sagrada", afirmou.

O PLP 299/2026, de autoria de Jaques Wagner (PT-BA), prevê mudanças no arcabouço fiscal, contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. A estimativa é de melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027.

O Planalto ainda terá de construir uma nova maioria entre os deputados. O desafio é concluir a tramitação antes da votação do Orçamento de 2027.

Dino mantém período de transição do fim da escala 6x1, mas flexibiliza folgas

STF avalia até segunda-feira decisão do ministro por escala 5x2 e 42h semanais a partir de 16 de dezembro

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Redução da jornada de trabalho vale para empregados com vínculo empregatício

Por **Gabriela Gallo**

Dois dias depois de ouvir sindicatos, empresários e representantes do comércio e da indústria, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que seja mantido o período de transição para o fim da escala de trabalho de seis dias semanais por um de folga (6x1). A decisão do magistrado, publicada nesta quinta-feira (12), ainda precisa ser analisada no plenário do Supremo.

A Corte marcou a sessão virtual extraordinária para as 11h desta sexta-feira (13). Os ministros terão até 11h de segunda-feira (16) para publicar seus votos. Por se tratar de votação em plenário virtual, não é necessário apresentar justificativas nos votos.

Se o plenário acolher a decisão de Dino, a partir de 16 de dezembro passa a valer a redução de 44 horas semanais para 42 horas semanais, além da escala de trabalho na jornada 5X2, sem redução salarial, para trabalhadores contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A partir de 16 de dezembro de 2027 passa a valer oficialmente a jornada de trabalho de 40 horas semanais para trabalhadores de carteira assinada. As mudanças estão previstas na Emenda Constitucional (EC) nº 141/2026, promulgada pelo Congresso Nacional em 16 de outubro.

Com a promulgação, o governo precisa publicar um decreto para regulamentar as mudanças na implementação do fim da escala 6x1. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o decreto será publicado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornar de suas viagens internacionais. A previsão é que o chefe de estado retorne na segunda-feira.

No começo da semana, o STF realizou uma audiência pública após a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolarem as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 8041 e 8042 que questionam o período de transição da redução da jornada de trabalho. Após a audiência, em decisão publicada nesta quinta-feira (12), Flávio Dino avaliou que não houve violação de cláusulas pétreas e manteve o texto aprovado pelo Poder Legislativo.

Contudo, o magistrado acolheu um pedido efetuado pela CNI e pela CNC, flexibilizando as folgas dos trabalhadores. Um dos questionamentos das entidades é que, considerando que empregador trabalhe cinco dias da semana e cada semana ele trabalha 42 horas no total, essa divisão ultrapassa 24 minutos das oito horas diárias de trabalho, totalizando um expediente diário de 8 horas e 24 minutos em 2027. Quando a jornada semanal passar a ser de 40 horas, a divisão de trabalhar cinco dias da semana por oito horas por dia estará exata.

Portanto, Dino determina que, caso não haja acordo ou convenção coletiva das categorias até 15 de dezembro (véspera da data das mudanças), a jornada poderá ser distribuída em cinco dias, com limite de 8 horas e 24 minutos diários, sem pagamento de horas extras pelos 24 minutos que ultrapassarem a oitava hora. A regra poderá ser aplicada durante o período de transição da reforma. Dino determinou o prazo de 90 dias, contados a partir de 16 de dezembro, para que sindicatos e empregadores possam renegociar contrapartidas previstas em acordos e convenções coletivas vigentes.

"A decisão busca dar mais espaço para adaptar as escalas à realidade de cada atividade, sem adiar a redução da jornada", avaliou em entrevista ao Correio da Manhã a sócia da área de Direito Trabalhista no Gaia Silva Gaede Advogados Beatriz Tilkian.

O advogado trabalhista no Murayama Affonso Ferreira e Mota Advogados Cid de Camargo Júnior detalhou que, para implementar as mudanças, as empresas precisarão realizar diagnósticos para identificar o que precisa mudar e o que deve permanecer.

Entenda a decisão de Flávio Dino

Por **Gabriela Gallo**

De forma a não atrasar a tramitação da redução da escala de trabalho, mas não gerar inseguranças jurídicas, Flávio Dino estabeleceu algumas regras medidas que precisam ser cumpridas no período de transição. São elas:

• Se até 15 de dezembro não houver acordo ou convenção coletiva firmado, as 42 horas semanais poderão ser distribuídas em cinco dias, com jornadas de até 8 horas e 24 minutos – sem pagamento de hora extra para os 24 minutos extras

• Concedeu 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para que ocorram acordos coletivos para definir como serão os 24 minutos extras

• Condedeu 180 dias, a partir da data de publicação da decisão, para o Congresso Nacional criar regras específicas para as micro e pequenas empresas e para setores com particularidades (por exemplo, empresas de segurança e vigilância; serviços de limpeza; portaria e controle de acesso; hospitais e clínicas; empresas de transporte; indústrias; e empresas de alimentação coletiva).

• Determinou o prazo de 180 dias, contados a partir da publicação da Emenda, a adaptação dos contratos administrativos vigentes à nova disciplina constitucional. O prazo também se aplica para contratos decorrentes de licitações em andamento na data de promulgação da Emenda.

• Durante esse período, ele determinou a neutralidade salarial assegurada

LUIZ SILVEIRA/STF



STF avaliará decisão monocrática de Dino



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

ROSINEI COUTINHO/STF



Cristiano Zanin decidiu monocraticamente ampliar por duas horas o funcionamento das seções eleitorais

Zanin enfim acerta ao reconhecer o limite do STF sobre decisões da Justiça Eleitoral

■ A atuação do ministro Cristiano Zanin (STF) nas eleições de 2026 expõe duas posturas distintas diante da fronteira entre o Supremo e a Justiça Eleitoral. Se no segundo turno da disputa presidencial Zanin assumiu um papel de protagonismo extremo — interferindo diretamente na organização do pleito ao determinar a extensão do horário de votação em todo o país até as 19h —, no impasse sobre o governo do Rio de Janeiro o ministro adotou o caminho oposto e acertou ao frear a judicialização.

■ No domingo do segundo turno presidencial, em 25 de outubro, diante de relatos de dificuldades no transporte público apresentados pelas campanhas à Presidência, Zanin decidiu monocraticamente ampliar por duas horas (até as 19h, no horário de Brasília) o funcionamento das seções eleitorais que ainda estavam abertas às 17h em território nacional.

■ A medida colocou o STF no centro operacional da votação e atropelou o rito ordinário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão constitucionalmente encarregado de conduzir e gerir o processo eleitoral. O episódio alimentou críticas sobre o avanço do Supremo em atribuições típicas da Justiça especializada.

■ Agora, no entanto, ao analisar a ação movida pelo diretório nacional do Partido Social Democrático (PSD) — legenda de Eduardo Paes — para tentar forçar a realização de um segundo turno contra Douglas Ruas (PL) no Rio de Janeiro, Zanin demonstrou senso de limite institucional.

■ Nesta quinta-feira (12), o ministro indeferiu o pedido de liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1362, que buscava suspender os efeitos da decisão do TSE responsável por anular os 274.411 votos de Anthony Garotinho (Republicanos) e recalcular os percentuais do primeiro turno — retotalização que elevou Ruas de 49,27% para 50,88% dos votos válidos e garantiu sua eleição ainda na primeira etapa.

■ Ao negar a liminar, Zanin deixou claro que o Supremo não pode ser usado como uma instância recursal paralela para rever decisões concretas da Justiça Eleitoral. Na avaliação do relator, a ADPF é uma via processual inadequada e não serve como atalho para impugnar pronunciamentos específicos do TSE.

STF rejeita por unanimidade pedido de Eduardo Bolsonaro para derrubar mandado de prisão

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Eduardo Bolsonaro está nos EUA

■ A Segunda Turma do STF rejeitou, por unanimidade, um recurso apresentado pela defesa de Eduardo Bolsonaro para tentar derrubar o mandado de prisão expedido contra ele pelo ministro Alexandre de Moraes. O julgamento ocorreu em sessão virtual encerrada na terça-feira (10) e manteve a decisão do ministro Dias Toffoli, que havia barrado o habeas corpus apresentado pelos advogados.

■ Eduardo foi condenado a 4 anos e 2 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, pelo crime de coação no curso do processo, previsto no artigo 344 do Código Penal. A defesa buscava suspender os efeitos do trânsito em julgado da condenação, certificado em 5 de outubro, e os atos determinados por Moraes dois dias depois.

■ Entre os pedidos apresentados estavam o recolhimento do mandado de prisão, sua retirada do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e a suspensão da ordem de cancelamento dos passaportes do ex-deputado.

■ Os advogados também solicitaram que, caso a prisão fosse mantida, Eduardo fosse intimado para iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto. Na ausência de vaga adequada, pediram a possibilidade de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

■ Em decisão de 19 de outubro, Toffoli negou seguimento ao habeas corpus por entender que a jurisprudência do STF não admite esse tipo de ação contra decisões individuais de ministros da própria Corte.

■ O ministro ressaltou que possui entendimento pessoal diferente, mas afirmou que seguiria a posição predominante do tribunal.

■ "Ressalvo meu entendimento pessoal, porém, à luz do princípio da colegialidade, inadmito a impetração por aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF", escreveu.

■ A defesa recorreu da decisão, mas os integrantes da Segunda Turma acompanharam Toffoli e rejeitaram o agravo regimental por unanimidade.

TCU reconhece falta de dados sobre gastos de Janja com aviões da FAB mas descarta nova auditoria

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que não dispõe de dados consolidados sobre os gastos com aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) utilizadas para atender à agenda da primeira-dama Janja, esposa do presidente Lula. Apesar da ausência dos valores, a área técnica do tribunal propôs encerrar o processo sem realizar uma nova auditoria para calcular as despesas.

■ A informação consta do processo no Tribunal que analisa um pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, apresentado a partir de requerimento do deputado Evair Vieira de Melo (PP).

■ No documento, o TCU admite que a fiscalização anterior não calculou o montante gasto com aeronaves da FAB para atender à primeira-dama e sua equipe. O tribunal analisou a legalidade da utilização dos aviões militares, mas não realizou um levantamento contábil dos custos.

■ Segundo o relatório, a obtenção dos valores exigiria uma fiscalização mais abrangente, incluindo despesas diretas e indiretas dos deslocamentos e informações de diferentes órgãos federais.

■ "Um posicionamento completo nos exatos termos quantitativos e comparativos pretendidos pela CFFC dependeria da instauração de procedimento fiscalizatório de escopo ampliado", afirma o documento.

■ A ausência de dados consolidados também atinge os salários e benefícios dos servidores que prestam apoio a Janja desde 2023. O TCU não apresentou o custo total dessa estrutura nem comparou as despesas com as de primeiras-damas de governos anteriores.

■ O relatório também aponta que passagens e diárias podem ser custeadas por diferentes órgãos, como a Casa Civil, ministérios relacionados aos eventos e entidades responsáveis pelos convites, conforme a natureza dos compromissos.

■ Apesar das lacunas, a área técnica considerou suficiente uma decisão anterior do TCU que não identificou elementos de irregularidade capazes de justificar o aprofundamento da fiscalização. Com isso, propôs comunicar as conclusões à Câmara e encerrar o processo, sem recomendar uma nova auditoria para consolidar os gastos.

PINGA-FOGO

■ **DOUGLAS RUAS COMANDA PESSOALMENTE REUNIÃO DE TRANSIÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA E LEVA NOVOS TITULARES - A reunião de segurança pública do grupo de transição do governo do Rio, que estava prevista para esta quinta, 12, foi transferida para sexta feira, 13, já que o governador eleito Douglas Ruas fez questão de participar pessoalmente e levar o novo secretário de Segurança Pública, Lauro César Lethier Rangel.**

■ Rangel participará da reunião levando a sua futura assessora especial, a Coronel Reis Santos e o futuro chefe de Polícia, delegado Robson da Costa Ferreira da Silva, atual controlador da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

■ **MINISTÉRIO PARA PAES SÓ NA COTA PESSOAL DE LULA - O ex-prefeito Eduardo Paes volta a ser lembrado para ministro do Presidente Lula. Como o PSD deverá ter a pasta da Cidades, que tem como primeiro candidato o próprio presidente do partido, Gilberto Kassab, o ministério destinado a Paes será da cota pessoal do próprio Lula.**

■ A pasta do Turismo fica longe do radar do próprio Eduardo Paes e de Marcelo Freixo do PT. Ela deverá continuar nas mãos do União Brasil no acordo selado entre os presidentes Antônio Rueda (União) e Edinho Silva (PT).

■ **O DESTINO DE PEDRO PAULO EM 2027 - Dentro da reforma administrativa na Prefeitura do Rio, haverá uma redução de secretarias e a criação de uma super pasta, para abrigar o deputado federal Pedro Paulo, que ficou sem mandato.**

■ A primeira opção de PP é continuar em Brasília. Se Eduardo assumir um ministério, ele poderá ser o secretário-geral, o equivalente a vice-ministro.

■ **Na prefeitura, Pedro Paulo voltará a ter o status de primeiro-ministro, cuidando da Fazenda e do Planejamento, como já fez anteriormente.**

■ TURISMO E CULTURA JUNTOS NO GOVERNO DOUGLAS RUAS - Dentro do enxugamento de secretarias no Governo de Douglas Ruas, deverá haver a união das pastas do Turismo com a Cultura, fórmula que deu certo em vários estados, inclusive em Minas. No governo Bolsonaro, o ministério do Turismo e da Cultura estiveram juntos.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Judiciário e agronegócio debatem aplicação da legislação em Fórum Nacional no CNJ

O corregedor-geral da Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão, participou, na última quinta-feira, 12/11, em Brasília, do Diálogo Nacional do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Brandão integrou a mesa com o tema "Acesso à recuperação judicial, documentação e contestação prévia", ao lado de magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), como a desembargadora Monica Di Piero, a juíza Carolina Rossy e a Juiza Clarissa Somesom Tauk, Juíza Auxiliar do CNJ e secretária-geral do Fonaref.

CM



O presidente da mesa desembargador Cláudio Brandão com a desembargadora Mônica Di Piero e as juízas Clarissa Tauk e Caroline Rossy

O encontro reuniu representantes do Judiciário, do agronegócio e de instituições públicas para debater a aplicação da legislação e os desafios da insolvência no campo, além de questões relacionadas à recuperação empresarial e às falências.

Sesc Natal RJ abre temporada de celebrações com árvore de 33 metros em Petrópolis

O presidente do Sistema Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, participou nesta quarta-feira (11) da abertura do Sesc Natal RJ 2026, no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis. A cerimônia marcou o acendimento de uma árvore de 33 metros, com 42,7 mil pontos de luz. A programação inclui atrações culturais e iluminação temática em 44 municípios fluminenses, com celebrações até 6 de janeiro de 2027, reunindo famílias e visitantes em diversas localidades.

SESC RJ



Presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio participou do acendimento da árvore

CM



FOTOS TRE-RJ



Novo cálculo dos quocientes alterou a composição parlamentar para deputado estadual, mas manteve a de deputado federal



Sob a presidência do desembargador Claudio de Mello Tavares, o TRE-RJ revisou a situação de 26 candidatos a deputado federal e estadual, convertendo registros pendentes em deferimentos ou indeferimentos

Retotalização no TRE-RJ elege Luiz Antonio Martins para a Alerj; PL perde uma cadeira

A retotalização de votos das Eleições 2026 realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), nesta quinta-feira (12), no auditório do Palácio da Democracia, tornou eleito Luiz Antonio Martins (Federação PSDB/Cidadania) para deputado estadual. Com o novo cálculo, o Partido Liberal (PL) perdeu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e passou a ter Felipe Ferreira como 1º suplente. A alteração é para a próxima legislatura. Não houve nenhuma mudança de cadeira para o cargo de deputado federal no estado do Rio.

O edital com a lista das(os) candidatas(os) foi publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) 302 páginas 21 e 22, disponível no site do TRE-RJ, bem como consta dos autos da Apuração de Eleição.

DIVULGAÇÃO



O cavaleiro José Luiz Guimarães de Carvalho será uma das atrações do concurso na SHB.

Hípica do Rio comemora 88 ANOS *com concurso de salto nacional e* R$ 550 MIL EM PREMIAÇÕES

Evento terá participação de atleta olímpico e campeões brasileiros e internacionais

Da **Redação**

Um concurso de salto nacional e internacional, reunindo cavaleiro olímpico e campeões no Brasil e no exterior, vai comemorar – de quarta-feira a domingo – o 88º aniversário da Sociedade Hípica Brasileira, no Rio. Com entrada franca, 18 provas programadas e obstáculos de até 1,60 metro, a competição vai distribuir R$ 550 mil em premiações ao longo dos cinco dias de disputa.

Estarão na Pista Roberto Marinho estrelas como o atleta olímpico José Roberto Reynoso Fernandez Filho, medalha de ouro por equipes no Time Brasil nos Jogos Sul-Americanos (Odesur), em setembro, na Argentina. Sócio da SHB, Reynoso é o atual líder do ranking sênior top da Confederação Brasileira de Hipismo. Outro destaque do Concurso de Salto Nacional e Internacional 88º Aniversário da SHB será o cavaleiro José Luiz Guimarães de Carvalho, que conquistou o segundo lugar individual no Odesur deste ano. Zé Luiz foi o vencedor do Grande Prêmio Internacional disputado em 2025 na SHB.

NOMES CONFIRMADOS

Cavaleiros da casa estarão presentes, como Rodrigo Lima, Thiago Mattos, Tiago Mesquita e Luciana Lóssio, vencedora em 2026 do GP do CSI 2*, em Wellington (EUA), considerada uma das etapas mais disputadas do circuito internacional de salto. Outra sócia e amazona que marcará presença, recém-chegada de temporada na Europa, é Stephanie Macieira, que venceu o GP Troféu Roberto Marinho disputado na Sociedade Hípica Brasileira em 2024. Novos talentos como Theo Jordão e Bernardo Guerra – recém-chegados e vencedores do Sul-Americano de Juniores - também estão inscritos no concurso que começa nesta quarta-feira.

SEIS PROVAS EM DESTAQUE

Na quarta-feira, a partir das 15h, será disputada a Prova FSB Comunicação (1,35m), com premiação de R$ 25 mil. Na quinta, o destaque fica com a Prova BTG Pactual (1,40m), a partir de 16h, com R$ 35 mil em prêmios. Sexta-feira, a Prova Santo Antônio (1,50m), a partir das 17h, terá premiação de R$ 70 mil, sendo seguida da Copa Ouro Shopping Leblon (1,40m), às 19h, com R$ 60 mil em prêmios. No sábado, a partir de 17h, a disputa será pela premiação de R$ 100 mil do Clássico G-Tech (1,45m), e, no domingo, às 14h, haverá a disputa do GP 88º Aniversário da SHB (1,55m/1,60m), que vai premiar os atletas mais bem colocados com R$ 230 mil.

SHOWS MUSICAIS, LEILÕES E EXPOSIÇÃO

O concurso de salto terá atrações também fora da pista. Na quinta-feira, às 20h, haverá um show gratuito com o cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro Tibí. Na sexta-feira, a partir das 20h30, o Happy Hour Shopping Leblon vai oferecer, também com entrada franca, um show com a cantora Camilla Marotti, que participou do programa The Voice Brasil 2026.

No sábado, às 20h, haverá o leilão Dejet One, reunindo uma seleção especial de cavalos de alto desempenho. Para o domingo, está programado um leilão beneficente, após as provas da manhã. A exposição "Galopando pela História", oferecida pela G-Tech, estará aberta de quarta a domingo tendo como tema os 88 anos da Sociedade Hípica Brasileira.

O Concurso de Salto Nacional e Internacional 88º Aniversário da SHB tem como patrocinadores a Coudelaria Santo Antônio, o BTG Pactual, o Shopping Leblon, a FSB Comunicação, a Fundação Cesar Morani, a G-Tech, a Diferencial, a ALA Solutions e a Vila Hípica Verona, e conta com o apoio da Cachaça da Quinta, Crepes Bon Profit, Giorno Bagno, Injoy Suítes, Jotabê Pizzaria, Maison du Cavalier, Malta Beef Club, Miss Noir, Pineapple, Revista Esporte Equestre, Royal Horse e Rituaali Clínica & Spa.

Governo de SP abre licitação de R$ 9,2 milhões para pontos de espera em Hidrovia

Projeto prevê a instalação de 31 boias de atracação para ampliar a segurança da navegação

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



As estruturas contribuirão para organizar o fluxo de embarcações e facilitar a passagem pelas eclusas

Da **Redação**

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) publicou nesta quinta (12) o edital para implantação de 31 boias de atracação na Hidrovia Tietê-Paraná. O projeto tem investimento estimado em R$9,2 milhões e prevê pontos de espera para embarcações que aguardam a passagem pelas eclusas, com o objetivo de ampliar mais a segurança da navegação e organizar o transporte de cargas.

As boias funcionarão como pontos de amarração dos comboios enquanto aguardam a liberação das eclusas, estruturas que permitem a passagem entre trechos do rio com diferentes níveis de água. A instalação deve facilitar manobras, ordenar o fluxo de embarcações e melhorar a eficiência das operações. A hidrovia é utilizada principalmente para o transporte de produtos agrícolas, como soja e milho.

A licitação será dividida em dois lotes. O primeiro abrange as regiões do Alto e Médio Tietê e prevê seis boias na Eclusa de Ibitinga, com investimento estimado em R$ 2,5 milhões e prazo de execução de seis meses. O segundo contempla o Baixo Tietê, com 25 boias distribuídas nas eclusas de Promissão, Nova Avanhandava e Três Irmãos, no Canal de Pereira Barreto e nas proximidades das pontes das rodovias SP-563 e SP-595. Para essa etapa, estão previstos R$ 6,7 milhões e prazo de execução de dez meses.

No total, as 31 boias serão ancoradas por 62 estruturas de concreto instaladas no leito do rio. Os pontos de espera devem auxiliar especialmente nas operações em que comboios maiores precisam ser desmembrados para atravessar as eclusas. As estruturas têm largura compatível com comboios de 11 metros, enquanto conjuntos de 22 metros precisam ser separados para a passagem. Com as novas áreas de atracação, as embarcações poderão aguardar em locais preparados para essa operação.

A sessão pública do Pregão Eletrônico está marcada para 1º de dezembro, às 9h, pela internet, no Portal de Compras do Governo Federal. As empresas interessadas podem enviar propostas a partir desta quinta (12).

A implantação dos pontos de espera integra os investimentos estaduais para modernizar a Hidrovia Tietê-Paraná. Entre as intervenções em andamento está a ampliação do Canal de Nova Avanhandava, que recebe mais de R$ 300 milhões. A obra prevê aprofundamento e alargamento de aproximadamente 16 quilômetros do canal para melhorar a navegação durante períodos de estiagem e ampliar a confiabilidade do transporte hidroviário.

Outra iniciativa é a construção de atracadouros de espera na Eclusa de Bariri, com investimento de R$ 65,5 milhões e conclusão prevista para 2027. As estruturas também devem organizar o fluxo de embarcações e facilitar a passagem pelas eclusas.

As intervenções estão relacionadas ao Plano de Logística e Investimentos do Estado de São Paulo, em elaboração, que busca integrar os modais hidroviário, ferroviário e rodoviário. O transporte por hidrovias também é apontado como alternativa de menor impacto ambiental, por apresentar consumo de combustível e emissão de gases de efeito estufa menores por tonelada transportada em comparação ao modal rodoviário.

Agro paulista registra superávit de US$ 17,58 bilhões

Da **Redação**

O agronegócio paulista registrou superávit de US$ 17,58 bilhões entre janeiro e outubro de 2026. No período, as exportações somaram US$ 22,59 bilhões, enquanto as importações chegaram a US$ 5,01 bilhões. O setor respondeu por 35,9% das vendas externas do Estado e por 6,4% das importações estaduais.

O complexo sucroalcooleiro liderou a pauta de exportações, com US$ 5,92 bilhões, equivalente a 26,2% do total. Em seguida, o setor de carnes movimentou US$ 3,68 bilhões (16,3%), com predominância da carne bovina, responsável por 83,1%.

Os produtos florestais somaram US$ 2,78 bilhões (12,3%), principalmente celulose e papel. O complexo soja registrou US$ 2,64 bilhões (11,7%), enquanto os sucos alcançaram US$ 1,54 bilhão (6,8%), sendo 96,1% referentes ao suco de laranja. O café ficou na sexta posição, com US$ 1,29 bilhão e participação de 5,7%.

Na comparação com os dez primeiros meses de 2025, cresceram as vendas externas de soja (19,7%), produtos florestais (12,7%) e carnes (2,4%). Houve recuo nas exportações de sucos (39,7%), produtos sucroalcooleiros (21,3%) e café (13,9%).

A China foi o principal destino dos produtos paulistas, com 24,2% de participação,

FOTO: GOVERNO DE SP



A China é o principal destino das exportações, com 24,2% de participação

seguida pela União Europeia (13,7%) e pelos Estados Unidos (10,1%). Entre os compradores de açúcar, a Índia assumiu a liderança, com 9,2%, superando a China, com 9,1%. Arábia Saudita (8,4%), Bangladesh e Nigéria (6,9% cada) também aparecem entre os principais destinos.

No ranking nacional, São Paulo ocupou a segunda posição nas exportações do agronegócio, com 15,1% de participação, atrás de Mato Grosso, que concentrou 18,8%. Os dados foram analisados pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), vinculados à Secretaria estadual de Agricultura e Abastecimento.

SP libera Minhocão para veículos no 2º dia do Enem

Ciclofaixas param e Ruas Abertas é suspenso na Paulista e na Liberdade

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SP



Elevado João Goulart, o Minhocão, fica fechado nos fins de semana

Da **Redação**

O Minhocão será aberto ao tráfego de veículos das 7h às 14h neste domingo (15), segundo dia do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Prefeitura de São Paulo também vai suspender as ciclofaixas de lazer e o programa Ruas Abertas na Avenida Paulista e na Liberdade. Os ônibus municipais terão tarifa zero durante todo o dia.

A abertura do Elevado Presidente João Goulart, nome oficial do Minhocão, faz parte da operação especial da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Segundo a companhia, a liberação busca facilitar a circulação entre as zonas leste e oeste da capital enquanto os candidatos se deslocam até os locais de prova.

Na Paulista e nas vias da Liberdade atendidas pelo Ruas Abertas, a suspensão retira as restrições à circulação de veículos previstas pelo programa de lazer. A interrupção foi definida pela Subprefeitura Sé em portaria publicada para os dois domingos de aplicação do exame, em 8 e 15 de novembro. As ciclofaixas de lazer também ficam sem operação no dia 15, para manter espaço para a passagem de ônibus e outros veículos.

A CET ampliará o monitoramento nos principais corredores da cidade. As equipes atuarão na operação de semáforos, na orientação das travessias de pedestres e na fiscalização dos pontos de embarque e desembarque. O trabalho inclui a retirada de obstáculos que interfiram na circulação. Para quem estiver de carro, a companhia orienta reduzir a velocidade em trechos com sinalização provisória e usar rotas alternativas sempre que possível, evitando as imediações dos locais de prova.

O canal SP156 atende 24 horas por dia e pode ser usado para pedir informações sobre o trânsito, comunicar ocorrências e solicitar remoções. A recomendação da CET é que os motoristas respeitem a sinalização e, caso precisem parar para pedir informações, façam isso sem prejudicar a passagem de outros tipos de veículos.

Nos ônibus, a gratuidade vale da 0h às 23h59 em todas as linhas municipais, como parte do programa Domingão Tarifa Zero. A medida abrange todos os passageiros. A SPTrans recomenda consultar o itinerário com antecedência e usar a opção de busca por trajeto no site da empresa. Na ferramenta, o candidato deve informar o endereço de partida e o local de prova como destino, além de selecionar domingo no campo referente ao dia da viagem. Assim, a consulta mostra as linhas e os horários previstos para a data.

Os portões dos locais de prova abrem às 12h e fecham às 13h, no horário de Brasília. A aplicação começa às 13h30 e termina às 18h30 para a maioria dos candidatos. Quem teve o pedido de tempo adicional aprovado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) terá mais uma hora para concluir o exame, até as 19h30.

Nesta etapa, os participantes respondem a questões de matemática e ciências da natureza. Quem faltou ao primeiro dia pode comparecer normalmente no domingo. Segundo o Inep, a reaplicação da etapa perdida depende das condições previstas no edital, como problemas logísticos que tenham prejudicado o candidato ou doenças infectocontagiosas listadas no documento.

Os pedidos de reaplicação devem ser feitos entre 16 e 20 de novembro pela Página do Participante. O Inep analisa as solicitações dos participantes e divulga a decisão no mesmo sistema. A reaplicação das provas está prevista para 15 e 16 de dezembro e, se o pedido for aprovado, o participante fará apenas as provas do dia em que foi impedido de comparecer.

Parques de SP ajudam a reduzir risco de alagamento

Da **Redação**

Os 124 parques administrados pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo complementam a rede de drenagem da cidade. A vegetação e os trechos de solo permeável permitem que parte da chuva se infiltre. Em algumas unidades, lagos e outras estruturas também armazenam água temporariamente, reduzindo o volume que chega de uma só vez às galerias pluviais e aos córregos.

Um dos exemplos citados pela secretaria é o Parque Fazenda da Juta, em Sapopemba, na zona leste. Inaugurado em janeiro de 2026, o espaço foi projetado como parque-esponja, modelo que usa as características do terreno para reter a chuva e retardar o escoamento. O projeto preserva nascentes, cursos d'água e trechos de vegetação nativa. A área também tem passarelas suspensas e coberturas verdes.

O Parque do Carmo, o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo e o Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva também reúnem condições para armazenar parte da chuva. Nesses locais, as características do terreno e as intervenções voltadas à retenção da água ajudam a reduzir o escoamento pela superfície.

Na Aclimação, o lago do parque recebe parte da água da chuva. Mesmo quando um lago não foi construído para controlar cheias, ele pode armazenar água adicional até o nível em que começa a transbordar. A diferença entre o nível da água e esse limite é um dos fatores que determinam quanto o lago pode reter.

DIVULGAÇÃO/SECOM



contribuição integra a estratégia de drenagem urbana sustentável de SP

A secretaria informou que faz manutenção periódica nos lagos e conserva a vegetação das margens para conter a erosão e reduzir o acúmulo de sedimentos. Em terrenos sujeitos à erosão, o município de São Paulo também usa a hidrossemeadura, técnica que aplica uma mistura de sementes, água e material orgânico para recuperar a cobertura vegetal e estabilizar o solo.

O uso das áreas verdes faz parte do planejamento da drenagem urbana, que inclui obras na rede e estudos sobre o percurso da água em cada bacia hidrográfica. A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras e a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica elaboram os Cadernos de Drenagem da cidade. Os estudos examinam as condições dos cursos d'água e identificam intervenções que podem ampliar a capacidade da rede e reduzir o risco de alagamentos no município. O comunicado divulgado na quarta-feira (11) não informa o volume de água retido em cada área verde de SP.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (ESTAGIÁRIO) **E RAFAEL CHINAGLIA**

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



Chamamento contempla até 200 moradias no Jardim Santo André

CDHU lança edital de recompra de imóveis para Santo André

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) abriu inscrições para o Programa de Recompra de Imóveis no Conjunto Habitacional Santo André A, com previsão de adquirir até 200 unidades. Podem participar mutuários com contratos ativos pelo menos 18 meses, mesmo com parcelas em atraso. O valor será definido por avaliação de mercado, limitado a R$ 200 mil. Em regra, corresponderá a 30% a 60% do valor avaliado, considerando o saldo devedor e o prazo restante do financiamento. Os imóveis poderão atender famílias em áreas de risco, pessoas com deficiência e beneficiários de Auxílio Moradia. Para participar, o mutuário deve acessar o site oficial da CDHU e entrar na Central de Serviços. O cadastro exige o número da conta do financiamento e contato válido. A inscrição vale por 24 meses, mas não garante a recompra, sujeita à análise e aos critérios do edital.

São Bernardo aprova orçamento de 2027

A Câmara de São Bernardo do Campo aprovou o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, que estima a receita e fixa as despesas municipais. A proposta do Executivo recebeu emenda aditiva. Por acordo de lideranças, foram aprovados projetos sobre o programa Conecta São Bernardo, abertura de créditos, funcionamento de minimercados autônomos em condomínios, operação de crédito com a Caixa e criação do Dia Municipal da Marcha para Jesus, além de homenagens e moções parlamentares.

FOTO: MARINA SAKURAI / CMSBC



Sessão aprovou projetos sobre crédito, educação e comércio.

Arujá aprova moção de repúdio contra Sabesp

A Câmara Municipal de Arujá aprovou por unanimidade, nesta segunda-feira (9), moção de repúdio à Sabesp após reclamações de consumidores sobre cobranças elevadas, ameaças de corte e falta de transparência. Segundo o vereador Robertinho (PSD), autor da proposta, contas que ficavam em R$ 600 chegaram a R$ 6 mil ou R$ 7 mil após a troca de hidrômetros. Também houve relatos de avisos de suspensão durante o prazo para recurso. A moção pede atenção aos procedimentos de cobrança e atendimento da concessionária.

Projetos da Educação são destaques em Guarulhos

A Câmara de Guarulhos analisou dois projetos do Executivo em segunda votação. O PL 236/2026 atualiza atribuições e requisitos do cargo de professor de Educação Física. Já o PL 244/2026 institui a Política Municipal de Alfabetização e o Programa LEIA+ Guarulhos. Se aprovadas, as propostas seguem para sanção. A pauta inclui três projetos parlamentares e 13 itens no Grande Expediente.

Guarulhos

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara de Guarulhos deu parecer favorável ao PL 250/2026, que cria a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Polo Tecnológico. A proposta do prefeito estabelece diretrizes para estimular o desenvolvimento econômico, social e sustentável para o município de Guarulhos.

Osasco

A Câmara de Osasco aprovou, em primeira discussão, o projeto que cria a Semana do Servidor Sangue Bom, para incentivar a doação de sangue e plaquetas entre servidores. A ação ocorrerá na semana do Dia Nacional do Doador de Sangue, em 25 de novembro. Também foram aprovados decretos que concedem homenagens a representantes.

Suzano

A Câmara de Suzano aprovou, em sessão desta semana, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, com 106 emendas. O orçamento da cidade está estimado em R$ 1,755 bilhão. A proposta prevê R$ 20,79 milhões para emendas impositivas. Cada vereador poderá indicar R$ 1,09 milhão, sendo que metade do valor será destinada à área da Saúde.

São Caetano do Sul

O vereador Marcel Munhoz (PP) indicou à Prefeitura de São Caetano do Sul criação de aplicativo para informar aos responsáveis os horários de entrada e saída dos alunos. A ferramenta enviaria alertas pelo celular em casos de atrasos ou saída antecipada, para reforçar a segurança e permitir o acompanhamento da rotina escolar diária.

Ferraz de Vasconcelos

O vereador Juca do São Judas (MDB) destinou R$ 260 mil do orçamento de Ferraz de Vasconcelos para 2027 ao programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb). A verba deverá apoiar a legalização de imóveis em áreas ainda sem escritura. Desde 2021, mais de 6 mil títulos foram concedidos no município, beneficiando mais de 24 mil pessoas até o momento.

Carapicuíba

O vereador Fabricio Souza (Repu) apresentou a indicação nº 2.196/2026 para oferecer coleta domiciliar de sangue a pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A proposta foi apresentada na 37ª Sessão Ordinária, e visa evitar deslocamentos e exposição a ambientes desconhecidos, que podem provocar estresse e crises a pacientes.

FOTÓGRAFO: BRUNO NETTO



Reuniões avaliaram combate à violência sexual e incentivo ao aleitamento.

Câmara de Guarulhos analisa projetos de saúde e inclusão

Pautas incluem apoio a guardas e vagas para crianças com autismo.

Da **Redação**

A Câmara de Guarulhos analisou, nesta quarta (11), propostas sobre saúde, educação e proteção à infância. A Comissão de Higiene e Saúde Pública deu parecer favorável a três projetos. Na Ordem do Dia, cinco matérias foram votadas, enquanto a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude avaliou propostas sobre prevenção à violência sexual e inclusão de crianças com autismo.

A Comissão de Higiene e Saúde analisou o PL 400/2025, de vários vereadores, que cria o programa "Atenção e Cuidado com Nossos Guardas Municipais". A proposta prevê assistência psicológica aos integrantes da Guarda Civil Municipal, prevenção ao estresse ocupacional e ao suicídio, identificação de sofrimento psíquico e acesso a tratamentos. O presidente da comissão, Gilvan Passos (Republicanos), afirmou que os guardas enfrentam pressão por atenderem ocorrências nas ruas.

Também receberam parecer favorável o substitutivo ao PL 351/2025, de Fernanda Curti (PT), que institui a Semana do Aleitamento Humano, e o substitutivo ao PL 131/2024, de Karina Soltur (PSD), sobre assistência especializada a pessoas com epidermólise bolhosa na rede pública.

Na sessão ordinária, dois projetos do Executivo já foram aprovados e seguem para sanção. O PL 236/2026 atualiza atribuições e requisitos do cargo de professor de Educação Física, enquanto o PL 244/2026 institui a Política Municipal de Alfabetização e o Programa LEIA+ Guarulhos.

Em primeiro turno foram aprovados o PL 386/2025, de Daniel Santos (PP), que prevê ecocardiogramas fetal e transtorácico para gestantes e recém-nascidos e o PL 223/2026, de Janete Rocha (Rede), que inclui no calendário o dia 13 de junho, data do Aniversário da Paróquia de Gopoúva e o PL 131/2026.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude ratificou parecer favorável à emenda ao substitutivo do PL 914/2021, que cria campanha permanente contra o assédio e a violência sexual em Guarulhos. Aprovou parecer ao substitutivo do PL 1213/2021, que reserva 20% das vagas em creches para crianças com Transtorno do Espectro Autista, proposta de Rafael Acosta (PSB) e da ex-vereadora, em atividade, Carol Ribeiro.

Procon Campinas alerta pais sobre matrículas e material escolar em 2027

Orientações ajudam famílias a evitar cobranças abusivas e a planejar melhor as despesas

FERNANDA SUNEGA/ARQUIVO PMC



Antes de efetuar a matrícula ou a rematrícula dos filhos, os pais devem ler atentamente o contrato de prestação de serviços educacionais

Da **Redação**

Com o início do período de matrículas para o ano letivo de 2027, o Procon Campinas orienta pais e responsáveis a analisarem com cuidado o contrato de prestação de serviços educacionais antes de fazer a matrícula ou a rematrícula. É importante conferir valores, formas de pagamento, descontos, juros, multas, regras de cancelamento e condições para transferência. O órgão reforça que a mensalidade compromete parte importante do orçamento familiar e que eventuais dúvidas devem ser esclarecidas diretamente com a escola.

As instituições de ensino particulares devem divulgar, com pelo menos 45 dias de antecedência da data final para matrícula, a proposta de contrato, o valor da anuidade ou semestralidade e o número de vagas por turma. A taxa de matrícula ou reserva de vaga deve estar incluída no total cobrado no período letivo, sem cobrança adicional. Também é proibida a cobrança de valores diferenciados de mensalidade ou taxas para estudantes com deficiência.

Não existe percentual único para o reajuste das mensalidades escolares. As escolas podem atualizar os preços conforme o aumento de despesas com pessoal, manutenção e investimentos pedagógicos, mas precisam justificar o índice por meio de uma planilha de custos disponível para consulta dos responsáveis. Caso a família não concorde com o reajuste, pode tentar negociar com a instituição, inclusive com apoio de associações de pais.

O Procon também lembra que alunos inadimplentes não podem sofrer punições pedagógicas, ser impedidos de fazer provas ou ter documentos escolares retidos. A escola, no entanto, pode recusar a renovação da matrícula em caso de dívida.

COMO ECONOMIZAR NA COMPRA DE MATERIAL ESCOLAR

Quem já recebeu a lista de material escolar pode antecipar as compras e aproveitar promoções do fim de ano, como a Black Friday, ou usar parte do 13º salário para pagar à vista e buscar descontos. O ideal é pesquisar preços em diferentes lojas, comparar condições de pagamento e verificar se itens do ano anterior ainda podem ser reaproveitados.

Materiais como mochilas, estojos, réguas e tesouras, se estiverem em bom estado, podem ser reutilizados. Outra dica é comparar marcas, já que produtos com personagens licenciados costumam custar mais. A compra coletiva entre pais e responsáveis também pode ajudar na negociação de preços melhores.

O QUE PODE ENTRAR NA LISTA ESCOLAR

As listas devem conter apenas materiais ligados às atividades pedagógicas do aluno, em quantidades compatíveis com o uso ao longo do ano. As escolas não podem exigir marcas específicas nem incluir itens de uso coletivo, como materiais de limpeza, higiene ou escritório. Pais e responsáveis têm liberdade para escolher as marcas e os estabelecimentos onde farão as compras.

Também é possível comprar os materiais ao longo do ano, conforme a necessidade de uso nas atividades escolares. Isso ajuda a distribuir os gastos e reduz a pressão financeira concentrada no início do ano letivo. Em compras pela internet, é essencial verificar a reputação da loja, conferir os dados da empresa, o valor do frete e o prazo de entrega, além de guardar anúncios e comprovantes.

Lançada cartilha que explica como denunciar racismo

Da **Redação**

A Prefeitura de Campinas lançou a campanha "Racismo: os caminhos da denúncia", com cartilha, folder e peças de divulgação para orientar quem sofre, presencia ou toma conhecimento de uma situação de racismo. O material reforça a mensagem de que nenhuma pessoa deve enfrentar o racismo sozinha e apresenta um roteiro prático para buscar apoio e registrar o caso.

Segundo a cartilha, a denúncia não precisa começar com um boletim de ocorrência. O processo pode ter início quando a violência é reconhecida, quando alguém interrompe a agressão, quando há apoio à vítima, quando as informações são registradas ou quando a pessoa procura orientação sobre seus direitos. O percurso é organizado em seis etapas: reconhecer, interromper ou apoiar a interrupção, registrar, buscar orientação, denunciar e acompanhar.

Para ajudar no registro, a orientação é anotar data, horário e local, identificar os envolvidos e reunir o contato de possíveis testemunhas. Também é importante guardar documentos, fotos, vídeos, áudios e prints de mensagens ou publicações em redes sociais. A prefeitura destaca que a ausência de provas não impede o acolhimento da vítima nem o registro da denúncia.

O principal ponto de apoio indicado é o Centro de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa, em funcionamento desde 2016. O atendimento começa pela escuta e, a partir daí, a equipe constrói com a pessoa os caminhos mais adequados, com acompanhamento administrativo, jurídico, social, de saúde mental e educativo.

DIVULGAÇÃO



Além da cartilha, Protocolo Antirracista segue em construção

Em 2025, o serviço registrou 49 casos de racismo no município, número que, segundo a gestora Elisângela Nunes, está distante da realidade. A campanha também orienta que práticas racistas de agentes públicos podem ser denunciadas à Ouvidoria Geral do Município e informa que, quem não puder contratar advogado, pode recorrer à Defensoria Pública.

Câmara de Valinhos conquista o 'Selo Diamante' pela transparência

Legislativo alcançou índice de 98,72% e ficou na 4ª posição entre órgãos do Estado

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS



Modernização do portal, votação eletrônica e serviços on-line ampliaram o acesso a dados do Legislativo

Da **Redação**

A Câmara de Valinhos recebeu o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública, concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Com índice de 98,72%, o Legislativo alcançou o nível mais alto da avaliação e ficou na primeira posição entre as Câmaras e Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas, além de ocupar o quarto lugar entre os órgãos públicos do Estado de São Paulo, segundo a instituição.

O programa avalia os portais de transparência por critérios de disponibilidade, atualização, acessibilidade e qualidade das informações. A análise considera se os dados estão publicados de forma clara e podem ser consultados pelos cidadãos, permitindo acompanhar a administração dos recursos e as atividades do poder público.

De acordo com a Câmara, o resultado representa evolução em relação à avaliação anterior. Em um ano, o Legislativo avançou do nível intermediário para o Selo Diamante. O presidente da Casa, vereador Israel Scupenaro, atribuiu a conquista a medidas de modernização administrativa e ampliação do acesso à informação.

Entre as iniciativas citadas estão a modernização do sistema legislativo e do site institucional, a implantação do sistema eletrônico de votação e de registro de presença, a regulamentação do Governo Digital, e a criação do protocolo on-line e da Ouvidoria e a reformulação do Portal da Transparência. As mudanças buscam facilitar a consulta aos dados públicos, aprimorar os serviços e aproximar o Legislativo da população.

O índice de 98,72% indica que a Câmara atendeu à maior parte dos requisitos, mas não à totalidade dos critérios. A divulgação de informações permite que a população acompanhe dados administrativos e financeiros, consulte documentos e fiscalize a aplicação dos recursos. A transparência depende da publicação dos conteúdos, da atualização e da facilidade de localização e compreensão.

O Selo Diamante integra uma série de reconhecimentos recebidos pela Câmara em 2026. Na área de gestão fiscal, a instituição obteve Nota A, relacionada à responsabilidade e à qualidade da administração dos recursos públicos. O Legislativo também recebeu o Selo Prata da Ouvidoria, que reconhece práticas de atendimento ao cidadão e participação popular.

Outro destaque foi o Selo de Excelência da APEL, concedido à ELEVA – Escola do Legislativo de Valinhos. A certificação reconhece atividades de educação legislativa, capacitação e aprimoramento institucional.

Para Israel Scupenaro, os resultados refletem o trabalho conjunto da Câmara. O presidente afirmou que as iniciativas de modernização devem continuar e relacionou os reconhecimentos ao compromisso da instituição com uma administração transparente, eficiente e próxima da população. Ele finalizou agradecendo aos servidores da Casa.

Valinhos transforma o compromisso com a alfabetização em política municipal

FOTO MAYRA MERLYN / PREFEITURA VALINHOS



Norma estabelece meta de alfabetização e garante continuidade de ensino

Da **Redação**

Valinhos implementou a Política de Alfabetização por meio da Lei nº 7.003/26, que consolida as ações da rede de ensino e estabelece como meta garantir que todas as crianças aprendam a ler e escrever até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. A norma foi aprovada por unanimidade pela Câmara e sancionada, dando respaldo legal a uma iniciativa implementada desde 2025.

A legislação está alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e ao programa estadual Alfabetiza Juntos SP. Entre as diretrizes estão a formação continuada dos professores, o acompanhamento da aprendizagem, a identificação precoce de dificuldades e a participação das famílias no processo educacional.

Os resultados também apontam avanços. Segundo o Indicador Criança Alfabetizada, do Ministério da Educação, o percentual de crianças alfabetizadas passou de 48,21% em 2024 para 62,63% em 2025, superando a meta municipal de 60,28%. Nos anos iniciais, o índice do Ideb avançou de 6,4 para 6,5.

Entre as iniciativas incorporadas à política estão a formação docente pelo programa CRESCER, o Sistema de Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem de Valinhos, a ampliação da jornada escolar e o uso da plataforma de leitura Elefante Letrado.

A lei também prevê a criação de um comitê estratégico, responsável pelo acompanhamento da política.

Vinhedo oferece dez locações para produções audiovisuais

Da **Redação**

Vinhedo tem dez espaços cadastrados na São Paulo State Film Commission, plataforma do Governo do Estado que busca atrair produções audiovisuais aos municípios paulistas. O sistema também permite que empresas e profissionais ofereçam serviços para filmes, séries, documentários e comerciais.

Podem se cadastrar fornecedores de audiovisual, fotografia, filmagem, iluminação, sonorização, cenografia, maquiagem, figurino e edição. Também são aceitos serviços de hospedagem, alimentação, transporte, segurança e atendimento médico.

A iniciativa aproxima produtoras interessadas em filmar no interior e no litoral paulista dos prestadores locais, estimulando oportunidades de trabalho, negócios e divulgação dos municípios.

As dez locações de Vinhedo são Barn Lodge e Café, Casarão Vilabella, Castelo dos Vinhais, Espaço Siloé, Memorial de Arte Adélio Sarro, Memorial do Imigrante, Mirante do Cristo, Mosteiro de São Bento, Portal de Vinhedo e Vinícola e Adega Família Ferragut. Os espaços oferecem cenários arquitetônicos, históricos, culturais e paisagísticos.

Para participar as empresas e profissionais devem acessar o portal da São Paulo State Film Commission, criar uma conta e preencher os dados na categoria de atuação. Os cadastros passam por curadoria e, após aprovação, ficam disponíveis para consulta.

DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE VINHEDO



Empresas e profissionais podem cadastrar serviços na plataforma

VINICIUS LUMMERTZ
Ex-ministro do Turismo e ex-presidente da Embratur

O Brasil está organizado contra o trabalho

Empregar custa caro, trabalhar rende pouco e parte da precarização produzida pelo próprio modelo econômico é atribuída apenas às relações de trabalho. Chamamos de empreendedorismo a luta de milhões pela sobrevivência. É preciso nomear a realidade. Na virada do século, como diretor técnico do Sebrae Nacional, participei da implantação no Brasil do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). A pesquisa distinguia o empreendedorismo por oportunidade daquele por necessidade. Uma coisa é criar uma empresa para inovar e crescer; outra é trabalhar por conta própria porque não se encontrou alternativa.

O país celebra suas taxas de empreendedorismo, mas parte delas traduz o que poderíamos chamar de necessitismo: a necessidade de obter renda, não necessariamente a vocação de empreender. Confundir as duas situações produz estatísticas reconfortantes e políticas insuficientes. O desafio é transformar a sobrevivência em oportunidade, não apresentá-la como sucesso empresarial. Mais de 100 milhões de brasileiros estão ocupados.

Entretanto, milhões trabalham por conta própria ou na informalidade, sem renda estável ou proteção suficiente. Ocupação não é sinônimo de prosperidade. Fora dela, há também estudantes, cuidadores e desalentados. A distância entre o custo de contratar e o poder de compra do salário é reveladora. Encargos e benefícios elevam a despesa empresarial; parte deles corresponde a direitos legítimos, como férias, 13º salário, FGTS e previdência, que não devem ser confundidos com impostos.

Do outro lado, descontos sobre a renda, tributação do consumo e crédito caro reduzem o que o trabalhador pode comprar. O sistema cobra muito de quem emprega e devolve pouco a quem trabalha. A baixa produtividade tem causas dentro das empresas: capital, tecnologia, qualificação; e fora delas: infraestrutura precária, burocracia, insegurança jurídica, tributação complexa e juros elevados. Os spreads bancários refletem inadimplência, tributos, riscos e custos, mas também concorrência e eficiência. Não são inevitáveis.

Mesmo empresas produtivas pagam o preço dessas distorções. A renda baixa restringe a poupança; o crédito caro limita o investimento; a produtividade estagnada dificulta melhores salários. Nas pequenas empresas, capital de giro oneroso, exigências complexas e clientes endividados completam o círculo. Renegociar dívidas não substitui investimento. Há duas deformações da linguagem. A primeira é falar de precarização como se ela decorresse apenas das escolhas dos empregadores, ignorando a contribuição do próprio modelo institucional.

A segunda é chamar de empreendedorismo qualquer atividade independente, inclusive a exercida por falta de opção. O uso conveniente das palavras permite reconhecer as consequências sem assumir suas causas. É o conforto da impotência: todos lamentam o problema, enquanto a estrutura que o reproduz permanece intacta. Schumpeter associou o empreendedor à inovação; William Baumol mostrou como as instituições orientam a iniciativa econômica; Amartya Sen vinculou desenvolvimento à liberdade real. Importa menos quantos negócios abrem do que a possibilidade de escolher, produzir e crescer.

O espírito do tempo aponta para autonomia e flexibilidade. Quando jovens dizem querer um negócio próprio, é preciso perguntar: querem ser empresários ou desejam mais liberdade sobre seu tempo e sua vida? O debate sobre a escala 6x1 revela essa inquietação, mas não esgota suas respostas. Reduzir jornadas pode ser legítimo; impor soluções uniformes sem ouvir os trabalhadores é insuficiente. Perguntem aos jovens o que querem. E ofereçam alternativas reais. A reforma trabalhista de 2017 foi um passo, não um ponto final. Proponho um novo trabalhismo, expressão histórica brasileira à qual cabe dar outro significado: aproximar liberdade econômica e segurança social. A CLT precisa ser uma escolha atraente, não uma imposição nem um regime do qual se foge.

Emprego formal, trabalho autônomo, plataformas e empreendedorismo exigem regras adequadas às suas diferenças, mas direitos essenciais que acompanhem as pessoas: previdência, proteção contra acidentes e acesso à qualificação. Equalizar proteção não é uniformizar o trabalho. Essa síntese entre liberalismo e trabalhismo exige reconhecer a cidadania econômica.

Direitos políticos e sociais são indispensáveis, mas não substituem a capacidade de ganhar a vida, poupar, investir e construir patrimônio. Liberdade para trabalhar com segurança significa que a autonomia seja escolha, não imposição da pobreza. Reorganizar o Brasil a favor do trabalho é enfrentar as estruturas que limitam seus resultados, em vez de continuar administrando suas consequências.

ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras

A vulnerabilidade física na era dos sabotadores invisíveis

A recente e estarrecedora onda de ataques cibernéticos a redes de supermercados em diversos países europeus — como Bélgica, Suécia, Luxemburgo, Finlândia, Irlanda e Estônia — acende um sinal de alerta vermelho sobre a segurança de nossas infraestruturas mais essenciais.Em episódios de gravidade inédita, hackers invadiram os sistemas de tecnologia operacional que regem o resfriamento de grandes estabelecimentos varejistas, alterando remotamente os parâmetros de refrigeradores e subindo a temperatura dos congeladores para impensáveis 50º Celsius.O resultado imediato dessa sabotagem invisível foi a perda massiva de toneladas de mantimentos e o descarte compulsório de alimentos de primeira necessidade, atingindo desde gigantes como AholdDelhaize, Carrefour e Spar até a rede sueca Coop e unidades da Ikea.

Trata-se de um fenômeno que transcende os marcos tradicionais do crime digital. Não nos encontramos mais perante a mera extorsão financeira por meio do sequestro de dados ou do roubo de informações confidenciais de clientes. O que se desenha é a invasão direta da chamada tecnologia operacional, o ecossistema invisível de sensores, atuadores e controladores que governa os equipamentos físicos do nosso cotidiano.

Ao transformar congeladores de alimentos em verdadeiras estufas de destruição no meio da madrugada, os agressores demonstraram como a hiperconexão de dispositivos genéricos e a ausência de atualizações contínuas de segurança podem converter utilidades domésticas e comerciais em armas de desestabilização econômica.

O mistério que envolve a autoria desses ataques — não reivindicados por qualquer grupo ou Estado — aprofunda a inquietação da sociedade contemporânea.A facilidade com que redes distribuídas em múltiplos países foram neutralizadas simultaneamente expõe a fragilidade dos países que terceirizaram a gestão de suas cadeias de suprimento e automação sem o devido respaldo de salvaguardas soberanas. A segurança alimentar, pilar inegociável da dignidade de qualquer povo, vê-se subitamente refém da manipulação de códigos à distância, colocando em xeque a estabilidade do abastecimento das grandes metrópoles.

Esta ameaça impõe uma imediata e severa revisão nos protocolos globais de cibersegurança e governança tecnológica.

Não basta celebrar as facilidades da automação digital sem erigir barreiras de proteção capazes de deter a sanha dos sabotadores do progresso. As nações soberanas e o setor produtivo têm o dever de resguardar o bem-estar dos cidadãos, garantindo que os avanços do ecossistema conectado sirvam para proteger a vida, o trabalho e a ordem social, em vez de expor a humanidade à incerteza e ao caos de um colapso infraestrutural iminente.

ALEXANDRE GARCIA
Jornalista e comentarista de política

Mácula no Supremo

Sem ter tido iniciativa da ação, a Procuradoria da República sugeriu e o Presidente do Supremo arquivou o Inquérito do Fim do Mundo - assim tão bem batizado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, o único a discordar dele, quando o plenário STF, já decorridos 15 meses de arbítrios, confirmou a esdrúxula criação do então presidente Dias Toffoli. Ainda não estavam no Supremo Mendonça, Nunes Marques, Dino e Zanin. Foi 10 a 1. Em defesa própria. A Suprema Corte decidindo em causa própria. E sem iniciativa do Ministério Público, contrariando o que determina os art. 127 e 129 da Constituição de que o STF deveria ser guardião. Para investigar calúnias, agressões verbais, ameaças nas redes sociais, contra ministros do próprio Supremo.

Em 14 de março de 2019, o ministro Dias Toffoli recorreu ao artigo 43 do Regimento Interno do STF, derrogado em 1988 pela Constituição, como se fosse um inquérito administrativo doméstico para investigar hostilidades ocorridas no interior das dependências da Corte. O ofendido é que abriu o inquérito; o ofendido é que mandou investigar; o ofendido é que julgou; o ofendido é que restringiu liberdades, censurou, bloqueou, condenou.

A maioria dos investigados não detinham foro no Supremo. Desses, a Corte não era o juiz natural, também contrariando cláusula pétrea - art. 5º LIII - da Constituição - isso já anula tudo mais, desde a origem. Ao longo de sete anos e 8 meses perpetraram-se arbitrariedades que agrediram o devido processo legal. O inquérito foi prorrogado no mínimo por 15 vezes. Arquive-se o inquérito mas os atingidos não serão desarquivados de prisões, de bloqueios que sofreram, da supressão de direitos fundamentais.

A marcha para o arquivamento começou em 9 de setembro, quando o presidente do STF, Ministro Fachin, tirou a relatoria de Alexandre de Moraes, que a recebera de Toffoli sem sorteio. E tudo isso foi reprovado por apenas um dos 11 ministros guardiões da Constituição e do estado de direito. Para quem não esteja auto-alienado, isso é um escândalo. Para quem tem formação mínima de cidadania, portanto de defesa do estado de direito, isso é um escândalo, por mais exercícios verbais que se façam, é um escândalo.

Mas escândalo maior é constatar que a nação, a cidadania, as instituições, os meios de comunicação, tenham sido capazes de conviver com isso, com uma passividade cúmplice e subserviente. Ressalve-se que a Procuradora Geral Raquel Dodge mandou arquivar isso no mês seguinte à criação e Moraes recusou-se; um mês depois, a pedido da Rede, voltou a pedir; a OAB pediu no ano seguinte. O Supremo manteve. Liberdades e democracia se perdem assim.

Ontem, o Ministro OG Fernandes deixou o Judiciário, após 45 anos, dos quais 18 no Superior Tribunal de Justiça. Relator de investigações de corrupção no Judiciário, ele disse ao Estadão que a corrupção é ainda mais grave quando praticada no Judiciário. A Constituição, no art. 101 exige para ministro do Supremo, "reputação ilibada". Essa questão moral se soma aos desvios cometidos por razões políticas. Pessoas que juraram cumprir e defender a Constituição corroeram instituições que deveriam ser pilares do Direito, garantia das liberdades. Ontem, 10 de novembro, fez 89 anos a imposição da ditadura do Estado Novo; no 13 de dezembro próximo o AI-5 terá 58 anos. Como eles, o 14 de março de 2019 ficará marcado como nódoa no calendário da História do Brasil. E do Supremo.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti foi surpreendido

Palácio do Planalto cobra cautela do PT em relação ao pacote

Assessores do presidente Lula dividiram-se entre preocupados e muito irritados com a atuação dos petistas nesta quarta-feira (11) durante exposição do ministro do Planejamento, Bruno Moretti, na Comissão Mista de Orçamento.

Moretti foi apresentar o pacote de corte de gastos do governo enviado ao Congresso. Na volta,reclamou no governo do constrangimento que passou por ter sofrido os maiores ataques exatamente de integrantes do PT.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), ex-líder do partido, tomou o noticiário ao dizer na frente do ministro, que ele iria rachar a base governnista se tentasse impor goela abaixo do Congresso o pacote.

O secretário-executivo do Planejamento, Guilherme Mello, foi destacado para, na quarta-feira mesmo, se reunir e tentar convencer a bancada do PT sobre as medidas.

"Nós vamos mexer"

Pelo menos ficou acertado entre a bancada e Palácio do Planalto que a bancada irá evitar manifestações públicas por enquanto. Inclusive o próprio Lindbergh.

Mas nem a Fazenda, nem o Planejamento conseguiram convencer a maioria dos deputados do acerto do pacote.

Na CMO, Lindbergh revelou que já foi preparado "um conjunto de propostas discutidas com vários parlamentares, de vários partidos" que serão apresentadas durante a tramitação do pacote. "Nós vamos mexer", disse Lindbergh.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lindbergh Farias

Emendas estão sendo preparadas

A proposta "número 1" dos petistas rebelados é retirar investimentos públicos das regras fiscais. O documento vai resultar em várias propostas de emendas ao projeto do governo que serão apresentadas durante a tramitação.

As emendas ao texto que os petistas mais discutem são voltadas para a preservação do salário mínimo e do orçamento destinado a áreas prioritárias, como saúde e educação, assim como a taxação dos super ricos e um corte radical nos subsídios aos grandes conglomerados do setor privado.

Investimento não é gasto, disse o próprio Lula

O principal argumento da esquerda é que Lula não pode faltar com a palavra que deu na campanha eleitoral.

Nos comícios e nos debates, por exemplo, Lula sempre afirmou que "investimento público não é gasto". É com base nessa afirmação do presidente que o tal documento a que se referiu Lindbergh propõe que os investimentos sejam retirados das regras fiscais.

PT no Senado tranquilo

O texto base dessa primeira fase do ajuste fiscal foi aprovado nesta quinta-feira no Senado sem maiores reclamações da bancada do PT.

Na chamada Casa Alta, os senadores petistas são mais veelhos, mais maduros e, boa parte, ex-governadores.

Flexibilizar na Saúde

O senador petista Humberto Costa (PE), por exemplo, já foi ministro da Saúde e presidente nacional do PT. Ele disse que acha aceitável a possibilidade de remanejamento de verbas entre as áreas de Saúde e Educação proposta no pacote.

"Às vezes sobra um pedaço do Orçamento de um lado que pode seu usado no outro", afirma.

O mercado não convence

Não só petistas estão revoltados com o comportamento do mercado em relaççao às taxas de juros. Também políticos do centrão e até da direita acham que nada saciará o mercado.

Assim que o pacote foi divulgado, na quarta-feira (11) o mercado até reagiu bem. Mas já no dia seguinte os agentes financeiros começaram a reclamar.

Mercado quer mais

Os Juros Futuros (DIs) apresentaram alta ao longo do dia: o DI para janeiro de 2028 foi a 14,29% e o de janeiro de 2031 subiu para 15,10%. O dólar subiu 1,58%, cotado a R$ 5,65. O Ibovespa fechou em baixa de 0,43%, aos 171.324 pontos. Explicações: desconfiança com o pacote de ajuste fiscal teria deixado investidores insatisfeitos.

Miinistro do mercado

A expectativa agora no PT é quanto ao nome do ministro da Fazenda. Reservadanente os petistas acreditam que essa pressão toda do mercado tem como próximo objetivo colocar um miniistro da Fazenda que não siga a cartilha heterodoxa. Um minustro liberal, de preferência do próprio mercado. E que Lula pode ceder.

A luta continua!

Continua forte entre petistas a proposta do economista André Lara Resende de corte radical da Taxa Selic para interromper o que chamam de "armadilha do mercado": juros subindo, e aumento da dívida pública, corte de gastos para cobrir o rombo que isto causa no Orçamento. O problema é a resistência da área econômica do governo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



BB acusa empresas ligadas ao agro de não pagarem dívidas

Bancada do Agro reage a acusação de calote do Banco do Brasil

Entidades ruralistas pressionam por nova renegociação das dívidas

Por **Beatriz Matos**

O Banco do Brasil abriu uma frente de tensão com entidas do agronegócio e até o Congresso, ao acusar parte dos produtores rurais de estar dando calote nas dívidas com a instituição financeira.

A polêmica ganhou força nesta quinta-feira (12), durante a apresentação dos resultados do terceiro trimestre do Banco do Brasil. A presidente da instituição, Tarciana Medeiros, afirmou que, apesar das oportunidades de renegociação com recursos subsidiados e prazos de até dez anos, a recuperação dos pagamentos ficou abaixo das expectativas.

"Parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar e nem renegociar e se recusaram a apresentar garantias", afirmou a executiva.

As declaração ocorreu um dia depois de o Congresso aprovar mudanças nas regras de renegociação do endividamento rural e em meio à pressão da bancada ruralista por medidas mais abrangentes para atender ao setor.

Na avaliação da direção do banco, a expectativa de conseguir condições mais vantajosas por meio de iniciativas do Congresso contribuiu para a baixa adesão às renegociações. Os problemas estão concentrados principalmente nas cadeias de soja, milho e pecuária do Centro-Oeste.

Na quarta-feira (11), o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 1.376/2026, que amplia as possibilidades de renegociação das dívidas de produtores prejudicados por eventos climáticos extremos. O texto aguarda sanção presidencial. A expectativa por esta sanção é que ainda evita declarações mais exaltadas.

Os parlamentares ruralistas tentam preservar, na sanção presidencial, as mudanças negociadas no Congresso e buscam avançar em novas alternativas para reduzir o endividamento do setor.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, comemorou a aprovação da MP, mas insistiu que outras iniciativas são necessárias para garantir a continuidade dos investimentos.

"Não é a solução definitiva. Precisamos do fundo garantidor, do seguro rural, de outras medidas", afirmou a senadora. Já o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) classificou a medida provisória como paliativa. Disse que o endividamento dos agricultores deve-se também à queda dos preços das commodities e aos juros elevados.

Recursos para Angra 3 seguem para sanção

Congresso provou créditos de R$ 314,4 milhões para a Eletronuclear

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



Um dos projetos abre crédito de R$ 24,4 milhões para reforçar o orçamento de seis agências reguladoras

Da **Redação**

O Congresso Nacional aprovou, em sessão conjunta nesta quinta-feira (12), créditos de R$ 314,4 milhões para a Eletronuclear, responsável pela construção da usina nuclear Angra 3, e para seis agências reguladoras federais. As propostas estão previstas nos Projetos de Lei do Congresso Nacional, que seguem para sanção presidencial.

O PLN 5/2026 abre crédito suplementar de R$ 24,4 milhões para reforçar o orçamento de seis agências reguladoras. A maior parcela, de R$ 11,3 milhões, será destinada à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para recompor os orçamentos e manter as atividades.

Também receberão recursos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com R$ 4,2 milhões; a Agência Nacional de Mineração (ANM), com R$ 3,8 milhões; a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com R$ 3,4 milhões; e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com R$ 1,7 milhão.

Os recursos provêm do cancelamento de despesas previstas para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de ajustes nas fontes de financiamento das agências. Segundo o relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR), a medida não aumenta o total de despesas nem compromete a meta fiscal de 2026. O parecer foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 11 de agosto, sem alterações, após apresentação pelo deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), relator ad hoc.

ELETRONUCLEAR

O PLN 25/2026 destina R$ 290 milhões à Eletronuclear para antecipar, ainda em 2026, despesas de contratos relacionados à implantação da usina Angra 3. Os recursos serão utilizados em contratos de fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia. A medida também permitirá o encerramento de contratos e busca reduzir o risco de disputas judiciais que poderiam comprometer o cronograma da obra.

Segundo o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aprovado pela CMO na quarta-feira (11), o crédito será financiado com recursos gerados pela própria Eletronuclear, sem impacto sobre a meta de resultado primário das empresas estatais federais.

VOTAÇÃO NOMINAL

A aprovação do PLN 25 ocorreu após dois pedidos apresentados durante a sessão conjunta. O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) solicitou a votação separada da proposta. Em seguida, o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) pediu a verificação da votação, o que levou à votação nominal na Câmara dos Deputados. O projeto recebeu 261 votos favoráveis e 155 contrários. No Senado, a votação foi simbólica.

Durante a discussão, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) criticou a antecipação dos recursos e questionou a prioridade dada à despesa diante da situação fiscal do país.

— Primeiro que não faz sentido você antecipar um gasto para esse ano, que já está no final, no valor de 290 milhões de reais de um governo que se diz preocupado de quanto que vai ter de déficit — afirmou.

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), por sua vez, defendeu a proposta como parte dos esforços para a retomada de Angra 3. Ele lembrou que a obra está paralisada desde 2015, consumiu R$ 21 bilhões e tem 66% concluída. Segundo ele, a conclusão da obra usina permitirá abastecer 4,5 milhões de residências. "A obra parada custa por ano para os cofres públicos do Brasil um bilhão de reais", disse.

Petrobras amplia capacidade de onze plataformas

Da **Redação**

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou a eficiência operacional da companhia ao ampliar a capacidade de produção de 11 plataformas em 282 mil barris de óleo por dia. Segundo ela, os dados reforçam o resultado positivo do terceiro trimestre de 2026, período em que a estatal lucrou quase R$ 40 bilhões.

Magda disse que o aumento da produção impulsiona a autossuficiência e a posição do Brasil entre os maiores produtores de petróleo.

"O que nós estamos fazendo é, nada mais, nada menos, do que antecipar a produção dessa capacidade estendida em quatro anos. É uma antecipação de produção de 280 mil barris de petróleo por dia que a gente já tem hoje licenciado. Esse número é gigantesco e completamente inimaginável", disse.

A presidente também informou que a Petrobras tem ampliado o refino que espera alcançar a autossuficiência de diesel até 2031. No terceiro trimestre, a companhia produziu 769.000 barris por dia de diesel.

"Assim, garantimos o espaço do diesel no mercado brasileiro para Petrobras de uma forma absolutamente relevante, em um momento de grave crise e instabilidade geopolítica externa", disse Magda. "Isso sem as refinarias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Bahia que foram vendidas num passado recente. Se nós ainda tivéssemos essas três, talvez já fossemos autossuficientes".

ALESP



Companhia aponta avanço na oferta de petróleo e diesel no 3º trimestre

RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE

Na terça-feira (10), a Petrobras divulgou os resultados do 3º trimestre de 2026. A estatal atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões, que corresponde à alta de 21,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. O balanço informa que o fluxo de caixa operacional (FCO) alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

Em 2026, a Petrobras bateu recorde trimestral na produção de óleo por três vezes, de forma sequencial. Além disso,11 plataformas foram autorizadas a produzir, com segurança, acima da capacidade original sem investimento extra nas unidades de produção.

As vendas de derivados no mercado interno alcançaram 1.854 milhões de barris de petróleo por dia (mbpd) no trimestre, o maior volume desde o terceiro trimestre de 2021 e o melhor resultado com o atual parque de refino. Foi registrado também recorde trimestral na produção de diesel, de 769 mbpd. Já a produção total de derivados atingiu 1.873 mbpd no período. No terceiro trimestre, o montante de investimento chegou a R$ 33 bilhões (US$ 6,4 bilhões).

CORREIO DO APOSENTADO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Voto mantém contagem de dez anos durante análise de pedido

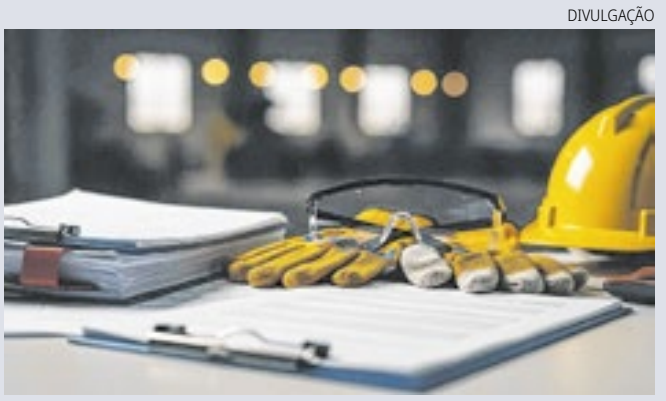
STJ analisa prazo de 10 anos para revisão de aposentadorias

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a analisar se o prazo de dez anos para revisar benefícios previdenciários continua correndo enquanto o INSS examina um pedido administrativo. No Tema 1.370, o relator, ministro Gurgel de Faria, votou pelo entendimento de que existe um único prazo decadencial, que não é suspenso nem reiniciado pela solicitação feita ao Instituto. Na prática, se essa posição prevalecer, o segurado poderá perder o direito de recorrer à Justiça caso os dez anos se esgotem durante a espera pela resposta administrativa. O julgamento foi suspenso após pedido de vista da ministra Regina Helena Costa. A decisão poderá orientar processos semelhantes em todo o país. Enquanto não houver conclusão, permanece sem definição a tese que será adotada pelo tribunal. Especialistas alertam que a discussão exige atenção dos aposentados que aguardam respostas do INSS.

Previdência vai atualizar regras sobre doenças

O Ministério da Previdência Social abriu, em 9 de novembro, consulta pública sobre a nova metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). A proposta busca atualizar a relação entre atividades econômicas e doenças associadas ao trabalho. O instrumento auxilia na identificação do vínculo entre a atividade profissional e o adoecimento, com reflexos no reconhecimento de benefícios por acidentes e doenças ocupacionais. As contribuições podem ser enviadas até 11 de dezembro, pela plataforma Brasil Participativo.

DIVULGAÇÃO



Consulta vai atualizar critérios de doenças relacionadas ao trabalho

Benefícios rurais somam R$ 1,47 bi no Maranhão

O INSS informou que os benefícios previdenciários rurais movimentaram R$ 1,47 bilhão no Maranhão em outubro. No período, foram registrados 911.646 pagamentos. A aposentadoria por idade rural é uma das principais modalidades dessa proteção e contempla agricultores familiares, pescadores artesanais e outros trabalhadores enquadrados como segurados especiais. Para ter direito, é necessário comprovar, em regra, 180 meses de atividade rural. A idade mínima é de 55 anos para mulheres e 60 para homens.

Política promete acelerar ações previdenciárias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, uma política nacional para agilizar processos previdenciários e assistenciais. Até 30 de setembro, havia mais de 4,4 milhões de ações pendentes no país. A iniciativa prevê integração de sistemas, cooperação entre órgãos e o programa AceleraPrev, com plano de ações para o período de 2027 a 2029. A proposta também busca reduzir a judicialização.

Venda de precatórios

O Superior Tribunal de Justiça realizará, em 25 de novembro, audiência pública para discutir a possibilidade de transferência de créditos previdenciários inscritos em precatórios. O Tema 1.418 também envolve o controle judicial da regularidade dessas negociações. O debate busca esclarecer os limites legais das operações e proteger os interesses dos segurados.

Pessoas com deficiência

O STJ marcou para 19 de novembro audiência pública sobre a aplicação de prazos de prescrição e decadência contra pessoas com deficiência mental ou intelectual. A discussão envolve os efeitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a proteção jurídica. O objetivo é reunir especialistas e instituições para subsidiar a análise da controvérsia pelo tribunal.

Fiscalização de contratos

O INSS recebeu certificado do Ministério da Gestão e da Inovação pelo desenvolvimento de uma ferramenta de fiscalização automática de contratos. A solução foi aprovada em avaliação do projeto-piloto de transformação digital do governo federal. A tecnologia busca aprimorar o acompanhamento dos serviços contratados e mecanismos de controle.

Análise do Atestmed

Segurados que tiveram o auxílio por incapacidade temporária negado pelo Atestmed podem solicitar uma segunda análise em até dez dias. A medida permite complementar documentos médicos, e a reavaliação será feita por outro perito. A iniciativa busca corrigir possíveis falhas na avaliação inicial e ampliar as possibilidades do benefício.

Licitação da Central 135

O INSS abriu pregão para contratar serviços de atendimento da Central 135 em todo o país. A licitação tem valor estimado de R$ 6,7 milhões e contempla atendimento telefônico e por canais digitais. O serviço é utilizado por segurados para obter informações sobre benefícios, agendamentos, requerimentos e outros procedimentos relacionados à Previdência Social.

Serviços do PrevBarco

Pela primeira vez, o INSS realiza atendimento pelo PrevBarco no sul do Amapá. A açãosegue até 20 de novembro, contempla moradores de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e da comunidade de Jarilândia, com serviços e orientações previdenciárias. A iniciativa busca facilitar o acesso de populações ribeirinhas aos serviços do Instituto.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Decisão poderá beneficiar segurados que interromperam contribuições

Desempregados poderão manter proteção do INSS por mais tempo

Decisão permite reutilizar período de graça de 2 anos sem mais contribuições

Por **Raphaela Cordeiro**

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que já realizaram mais de 120 contribuições mensais, sem perder a qualidade de segurado nesse período, poderão utilizar novamente a extensão do chamado período de graça, mesmo após perder essa condição e retornar ao sistema previdenciário. A decisão, tomada na quarta-feira (11), dispensa a necessidade de cumprir outro ciclo de dez anos de recolhimentos.

O julgamento ocorreu no Tema 1.352 dos recursos repetitivos, relatado pelo ministro Paulo Sérgio Domingues. A controvérsia discutia se o direito à prorrogação do período de graça, conquistado após mais de 120 contribuições, poderia ser utilizado mais de uma vez ou se seria necessário completar novamente o mesmo período. O colegiado acompanhou o relator, que considerou que a legislação não estabelece essa limitação.

O período de graça é o intervalo em que o trabalhador mantém a qualidade de segurado do INSS mesmo sem realizar pagamentos à Previdência. Em regra, o prazo é de 12 meses após a interrupção das contribuições. Para quem possui mais de 120 recolhimentos mensais sem perda da qualidade de segurado, a legislação permite ampliar esse período para 24 meses. Com a decisão, essa extensão poderá ser reutilizada, mesmo após a perda da condição de segurado e posterior retorno ao sistema, sem a exigência de novas 120 contribuições.

O prazo pode chegar a 36 meses para trabalhadores que também comprovem desemprego involuntário, conforme as condições previstas na legislação. A extensão adicional de 12 meses depende de comprovação da situação, que pode ser feita por diferentes meios de prova, não se limitando ao registro em órgãos oficiais.

Durante o julgamento, o INSS defendeu a reutilização da extensão apenas enquanto o segurado não perdesse essa condição. O tribunal, entretanto, reconheceu que o direito permanece mesmo após a perda da qualidade de segurado, desde que o requisito contributivo tenha sido cumprido anteriormente. O entendimento poderá ser aplicado a trabalhadores que retomaram os recolhimentos após períodos de desemprego.